

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**NOVO ENSINO MÉDIO: A CONDIÇÃO DO TRABALHO DOCENTE DE
SOCIOLOGIA**

JÚLIA LETÍCIA BIGÃO

VIÇOSA-MG

2023

JÚLIA LETÍCIA BIGÃO

**NOVO ENSINO MÉDIO: A CONDIÇÃO DO TRABALHO DOCENTE DE
SOCIOLOGIA**

Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado ao
Departamento de Ciências Sociais da
Universidade Federal de Viçosa como requisito
da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso
II (CIS 454).

Orientador: Fabrício Roberto Costa Oliveira

VIÇOSA - MINAS GERAIS

2023

Aos meus pais, que são minha inspiração, exemplo e referência de vida.

Agradecimentos

Gostaria de iniciar agradecendo à Espiritualidade. Aos Orixás, meus guias e protetores, donos dos meus caminhos, por possibilitarem a minha chegada até aqui, com tanto amor, amparo e cuidado.

Aos meus pais, que sempre tiveram o sonho de serem professores, que com os percalços da vida não tiveram a mesma possibilidade que eu, mas que permaneceram ao meu lado para fazer isso se tornar possível para uma de nós. “O conhecimento é a única coisa que ninguém pode tirar da gente”, vocês sempre repetiram isso para mim e é com essa frase que me mantém firme para ocupar este lugar. Às minhas queridas irmãs, Joyce e Josane, que sempre cuidaram de mim com tanto zelo. Por tanta troca, conselhos, conversas, risadas e acolhimento. Vocês são minhas jóias! À minha irmã do coração, Amanda, que sempre esteve presente comigo em todos os momentos da vida. E que nos deu o maior presente, que é participar da vida do meu querido afilhado Murilo.

Aos meus familiares, tios, tias, primos e primas, que sempre me receberam de braços abertos, ajudando e apoiando minha permanência na faculdade. Aos meus amigos e amigas, por estarem ao meu lado na construção desse sonho e ver ele se tornando realidade.

Em especial aos que estiveram mais próximos por todo trajeto. Aos turistas, Matheus, Joyce, Marlon e Ana, por serem a família que pude escolher para a vida, por todas as trocas e carinho que tem e tiveram comigo. À Vitória, por uma longa trajetória de companheirismo. À Lívia, minha confidente, por todo carinho e puxões de orelha, por me permitir participar da vida dos meus amados Guto e Ceci. À Maria e Iasmin, que mesmo com tantas diferenças, permaneceram me apoiando e me recebendo sempre de braços abertos. Às Gambiarres, Janaína, Aline e Nina, que são as irmãs que Viçosa me deu, por serem meu braço forte, por me darem forças quando eu pensava que não era mais possível. À Amanda Rocha, minha companheira da graduação e da vida, que sempre foi meu abrigo, partilhamos os melhores e piores momentos juntas nessa cidade, agradeço por me lembrar constantemente sobre minha grandeza. Ao Dávis, que tem segurado minha mão todos os dias, me acalmando e sendo alívio em todo o processo de construção deste trabalho, sendo o melhor parceiro que a vida poderia ter me dado.

Ao meu orientador, Fabrício, por colocar meus pés no chão, me mostrar o que é possível e por fazer dos nossos encontros de orientação uma “terapia”, que com sua calma e paciência, me deu apoio e confiança. Às minhas companheiras de orientação, Carla e Sandrilyne, por todo apoio e trocas durante a construção das nossas pesquisas.

À todos os professores e professoras que fizeram parte da minha educação desde a Educação Infantil até a graduação. Por acreditarem no meu potencial e por me fornecerem as ferramentas, os saberes, os conhecimentos e por toda inspiração que me deram como profissionais.

E principalmente, a mim mesma, que apesar de tantas dificuldades, permaneci forte e de cabeça erguida para realizar todos os meus sonhos até aqui. Ser a primeira de duas famílias a adentrar e permanecer em uma Universidade Federal não é fácil, mas é gratificante ter a possibilidade de fazer isso se tornar realidade. A criança e adolescente em mim pula de alegrias. Sempre tive muitos sonhos, mas todos vocês sabem que este sempre foi o maior deles. Não posso deixar de falar das políticas afirmativas que possibilitaram que gente como a gente ocupasse esses espaços que durante muito tempo nos foi negado.

É por isso que nesse último ano tenho repetido tanto a frase do BK: eu sou a continuação de um sonho. De cada um de vocês que partilham a vida comigo. De cada familiar que sonhou com isso e não teve a possibilidade de realizar. Espero que este seja um caminho aberto para tantos de nós continuarem os **nossos sonhos**.

Muito obrigada!

Resumo

O presente trabalho é um estudo sobre a condição do trabalho docente de sociologia no contexto do processo de discussão e implantação do Novo Ensino Médio. No sentido de compreender as vivências e sentimentos dessas pessoas, realizamos entrevistas e aplicamos um questionário junto a cinco docentes do Ensino Médio em diferentes escolas da rede de ensino público em um município do interior de Minas Gerais. Objetivamos entender o perfil dos profissionais, a realidade vivenciada por eles, a maneira como percebem o ensino de Sociologia e o seu trabalho, entendendo as mudanças ocorridas em relação a aplicação da Lei 13.415/2017 (Novo Ensino Médio). Nossa pesquisa revela que, embora esteja no processo de adaptação, a atual estrutura potencializou as desigualdades escolares e acentuou a precarização do trabalho docente, que se encontra em condições extremamente delicadas em relação às demandas e cargas de horário de trabalho excessivas.

Palavras-chave: ensino médio, novo ensino médio, precarização do trabalho docente, ensino de sociologia, sociologia.

Abstract:

The present work is a study on the condition of sociology teaching work in the context of the discussion and implementation process of the New High School. In order to understand the experiences and feelings of these individuals, we conducted interviews and administered a questionnaire to five high school teachers in different public schools within a municipality in the interior of Minas Gerais. Our objective is to understand the professionals' profiles, the reality they experience, how they perceive the teaching of Sociology and their work, considering the changes related to the implementation of Law 13,415/2017 (New High School). Our research reveals that, although in the process of adaptation, the current structure has exacerbated school inequalities and intensified the precariousness of teaching work, which is in extremely delicate conditions regarding excessive demands and work schedule burdens.

Keywords: high school, new high school, precariousness of teaching work, sociology teaching, sociology.

Lista de ilustrações

Figura 1 - ESAV/UFV	11
Figura 2 - Protesto contra Escola sem Partido	27
Figura 3 - Audiência Pública	37

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Perfil	14
Tabela 2 - Formação	15
Tabela 3 - Realidade da escola	20
Tabela 4 - Trabalho	40

Lista de abreviaturas e siglas

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CNE - Conselho Nacional de Educação

EMC - Educação Moral e Cívica

ESAV - Escola Superior de Agricultura e Veterinária

LDB - Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

MP - Medida Provisória

OSPB - Organização Social e Política Brasileira

PAES - Processo Seletivo à Educação Superior

PCL - Projeto de Lei Complementar

PDI - Plano de Desenvolvimento Pessoal

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PJ - Parlamento Jovem

PL - Projeto de Lei

PNLD - Plano Nacional do Livro Didático

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

UFV - Universidade Federal de Viçosa

Sumário

1.	Introdução	11
2.	Perfil dos/as docentes	14
3.	O Ensino Médio público no Brasil	19
4.	Ensino de Sociologia	23
5.	Novo Ensino Médio	30
6.	O trabalho docente de Sociologia	38
7.	Considerações finais	49
8.	Referências bibliográficas	53
9.	Anexos	55
9.1.	Anexo 1 - Roteiro das entrevistas	55
9.2.	Anexo 2 - Formulário online	57

1. Introdução

Nossa pesquisa com docentes de Sociologia foi realizada na cidade de Viçosa-MG. Sua escolha se deu pelo fato de estudar no município e ter tido contato com alguns docentes que entrevistamos no processo formativo. Trata-se de um município da Zona da Mata mineira, localizado há cerca de 200 quilômetros da capital, Belo Horizonte.

Trata-se de um território originalmente ocupado por indígenas Botocudos e Puris. Após o violento processo de colonização, a região foi utilizada para a produção agrícola. Não obstante, a cidade passou a ser mais conhecida pela excelência de ensino na área da agropecuária devido a criação da Escola de Ensino Superior Agrícola e Veterinária (ESAV) em 1926 pelo professor Arthur da Silva Bernardes, em seu mandato de presidência do Brasil, com propósito de desenvolvimento da agricultura no Estado de Minas Gerais e posteriormente para o país.

A cidade sofreu uma reurbanização com a chegada da atual Universidade Federal de Viçosa. Avenida PH Rolfs, o nome da principal avenida da cidade é uma homenagem ao professor responsável pela implementação de um modelo agrícola mais moderno na ESAV, Peter Henry Rolfs. Desde a minha chegada na cidade, percebo como ocorre uma consistente valorização do trabalho docente universitário, sendo este um status social de alto prestígio por onde passa, seja em lojas, bares ou floriculturas, a chegada de professores/as é recebida de maneira atenciosa e de grande respeito. No imaginário popular professores recebem bons salários e possuem uma vida financeiramente estável, principalmente se tratando dos universitários. Durante minha graduação me indaguei sobre a maneira como viviam e trabalhavam os docentes de sociologia do município.



Figura 1: Arquivo Central e Histórico da UFV (ACH-UFV) Disponível em: <http://atom.ufv.br/index.php/image-11-7>

O processo de formação de professores de Sociologia na UFV é relativamente recente. A primeira turma de licenciatura concluiu o curso no ano de 2012. A Universidade sempre foi conhecida, ou mais reconhecida, pelos cursos vinculados às Ciências Agrárias, mas a instituição foi se transformando, contando com a chegada de diversos outros cursos, tendo grande valorização em pesquisa e extensão das áreas das Ciências Biológicas, Exatas e Humanidades.

A chegada das licenciaturas na universidade ocorre de maneira tardia, nas Ciências Sociais somente em 2009, e se dá pela demanda das redes de ensino básico que precisavam ser atendidas. A abertura do curso de ciências sociais possibilitou que as pessoas pudessem alcançar a graduação, o que mobilizou muita gente para cursá-lo em busca de qualificação profissional. As pessoas que fizeram curso naquele contexto, atualmente, ocupam os cargos docentes das redes de ensino básico da cidade.

Nas reuniões de pesquisa, conversamos sobre meu interesse pela educação e pelo trabalho. Devido ao contexto de discussões vigentes sobre a possibilidade da revogação da Lei 13.415/2017, percebemos uma predominância menor ao se tratar da perspectiva docente. E, através disso, foi traçado meu desejo pela realização de uma pesquisa que entendesse melhor como os/as docentes de Sociologia da cidade estão vivenciando os processos de transformações advindo das implementação do Novo Ensino Médio (NEM). Dessa forma, traçamos o objetivo de pesquisa baseado na busca para entender a realidade vivenciada pelos/as docente, se há precarização, se ela se acentua com esse contexto, quais as condições e perspectivas apresentadas por eles em relação ao trabalho, atuação, expectativas profissionais e educacionais.

Depois que pensamos nos caminhos do projeto de pesquisa, submetemos o projeto e ele foi aprovado pelo CEP (Conselho de Ética em Pesquisa com Seres Humanos)¹ e então realizamos as entrevistas com docentes de Sociologia atuantes na rede de Ensino Médio de Viçosa-MG. Entrevistamos trabalhadores/as da educação pública das redes estadual e federal, para entender de perto o que atravessa e o que difere a realidade de trabalho vivenciada por eles/as. Também coletamos dados através de um questionário online para auxiliar no processo de organização e coleta dos dados presentes nas tabelas.

Nas entrevistas nos utilizamos da “história oral”, que possibilita capturar os registros em andamento com mais precisão e auxilia em uma análise mais aprofundada do perfil dos

¹ CAAE: 69929323.1.0000.5153

profissionais e dos dados coletados, ampliando as possibilidades da pesquisa e “as condições contextuais em que as pessoas vivem” (YIN, 2016. pp 29). As entrevistas permitiram que as pessoas entrevistadas sentissem uma liberdade maior para falar sobre as questões apresentadas e facilita para nós pesquisadores conseguirmos conhecer o perfil e direcionar a conversa com o viés de coletar dados e informações para além do que se apresenta nos questionários.

Para entender o contexto no qual estão inseridas as pessoas entrevistadas, discorro sobre a realidade do Ensino Médio público no Brasil, para conseguir contextualizar também o processo de ingresso, permanência e lutas sofridas pelo Ensino de Sociologia. Essa trajetória histórica da educação sociológica brasileira, nos encaminha a refletir sobre a prática docente dos Cientistas Sociais em meio a tanta instabilidade e principalmente se tratando dessa trajetória que exclui e inclui a Sociologia da obrigatoriedade de ensino, não favorecendo a estabilidade adequada.

Com o ingresso do NEM, o Ensino Médio Tradicional sofre mudanças drásticas, o que reconfigura toda a estrutura do ensino, trabalho e ambiente escolar. Esse processo não favorece a produção de seres crítico-pensantes, mas a formação de mão de obra de trabalho para benefício do capital e se ancora através de “novidades” na educação, num projeto que não é tangível para além dos papéis, orientando a formação dos sujeitos (estudantes) exclusivamente para o “mundo do trabalho”. E mais uma vez desqualifica o Ensino de Sociologia do currículo, diluindo a disciplina.

A condição do trabalho docente da educação básica no Brasil, tem uma realidade distinta à dos professores federais. Ao investigar, percebemos que a condição de trabalho dos docentes de escola pública é caracterizada então por uma precarização que se expande. Alparone e Franzi (2002, p. 7) nos atenta ao detalhe importante de utilizar das produções acadêmicas “como um meio de posicionamento frente às mudanças na Educação Básica. Aquilo que se escolhe investigar, compartilhar e publicar alimenta o espaço público de debate e devolve para a sociedade o investimento no meio científico.” E por isso se faz necessário a investigação da pesquisa.

Nos tópicos seguintes vou abordar sobre o perfil de docentes entrevistados/as, a realidade do Ensino Médio no Brasil, os percalços do Ensino de Sociologia do ano de 1925 até o ano atual, caminhando então para a realidade vivenciada nas escolas com a implementação NEM e seus enfrentamentos, para então expor a condição do trabalho docente e as realidades vivenciadas por eles mediante todo este contexto.

2. Perfil dos/as docentes

Para entender a realidade vivenciada pelos/as docentes mais de perto, decidimos entrevistar alguns deles/as. Nessas entrevistas tive a oportunidade de conhecer a trajetória de vida das pessoas, a forma que elas alcançaram o ingresso nas universidades e como tem sido a experiência profissional como docentes de escolas públicas.

Com alguns destes tive acesso através do estágio e atividades da Universidade, tendo contato através de conversas informais, solicitei a realização das entrevistas e fiz algumas perguntas para entender de que maneira percebiam o Ensino de Sociologia, o Novo Ensino Médio e a condição de trabalho vivenciada por eles/as. Para entender os relatos com mais clareza, precisamos também entender o perfil e a realidade dos/as profissionais que ocupam os cargos do Ensino Médio público. Tentei contatar um professor de escola particular, no qual tive contato anteriormente no estágio para fazer um comparativo, mas o mesmo parou de responder as mensagens. Embora não tenha se manifestado, imagino que tenha se sentido desconfortável em falar sobre o seu trabalho em uma entrevista. Assim, entrevistamos cinco pessoas com o seguinte perfil mais geral:

PERFIL

Tabela 1

Pseudônimo	Docente 1	Docente 2	Docente 3	Docente 4	Docente 5
Idade	30	58	38	37	52
Raça	Indígena	Branco	Negro	Pardo	Branca
Gênero	Feminino	Masculino	Masculino	Masculino	Feminino
Naturalidade	Visconde do Rio Branco - MG	Viçosa - MG	Viçosa - MG	Viçosa - MG	Belo Horizonte -MG

Podemos perceber que a faixa etária vai de 30 à 58 anos, na autodeclaração de raça identificaram-se como uma pessoa indígena, duas pessoas brancas, uma negra e uma parda, duas dessas do gênero feminino e três masculino. A maior parte das pessoas nasceram da cidade e somente uma tem naturalidade externa à Zona da Mata, sendo esta Belo Horizonte - MG, o que demonstra a predominância de pessoas nativas atuando nas redes de ensino da cidade.

FORMAÇÃO

Tabela 2

Pseudônimo	Docente 1	Docente 2	Docente 3	Docente 4	Docente 5
Formação escolar	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública e Privada
Faculdade/curso	Agroecologia (incompleto) e Ciências Sociais	Pedagogia e Ciências Sociais	Ciências Sociais	Ciências Sociais	Jornalismo (incompleto), Ciências Sociais e Direito
Aprovação familiar ao iniciar	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Pós graduação/Mestrado	Não	Pós-graduação em Filosofia da Religião	Não	Não	Mestrado

A docente 1, vem de uma família de classe baixa e vivenciou realidades periféricas delicadas, o que levou a refletir sobre o motivo das desigualdades presentes naquele ambiente. Somente ela, entre as pessoas entrevistadas, teve a Sociologia quando estava no Ensino Médio, sendo também a única que não teve o apoio familiar ao iniciar o curso. Estava quase terminando o curso de engenharia com o foco em Agroecologia quando decidiu ir para as Ciências Sociais. Para a família foi um choque, a filha que seria engenheira passou então a almejar ser professora. Ficando evidente o baixo prestígio social da profissão. Durante um tempo trabalhou na confecção de tecidos, com direitos trabalhistas completamente limitados e esta é uma realidade na qual não deseja retornar.

Docente 1: Eu tinha hora para pegar, 7 horas da manhã, mas eu não tinha hora de parar. Eu já saí da confecção meia-noite, meia-noite e meia. E foi por isso que eu percebi a ascensão social, porque hoje eu trabalho menos, ganho um pouco mais do que eu ganhava naquela época e trabalho bem menos. E sem falar que hoje eu consigo tirar um pouco mais do que os meus pais. (Entrevista realizada no dia 6 de setembro de 2023)

O Docente 2 também vem de uma realidade periférica, sua mãe era uma professora com grande reconhecimento na comunidade em que mora, popularmente conhecida como Dona Zizinha, inspirou a criação de uma ONG que atende crianças com o objetivo de uma formação cidadã, chamada Mobilização Educativa Professora Maria da Conceição criada por ele. Isso o motivou também a ser professor. Iniciou fazendo Educação Física, acabou indo para a Pedagogia e se formou. Na possibilidade de pegar as aulas de Ensino Religioso, fez sua pós graduação em Filosofia da religião. Pelo mesmo motivo de ampliar as aulas, fez Ciências

Sociais. Ingressou na UFV, mas devido a pandemia concluiu o curso em uma faculdade de ensino à distância.

Um fator marcante, é que quatro desses docentes são formados pela Universidade Federal de Viçosa (1, 2, 3 e 4), uma parte dos/as professores/as que atuam na rede Estadual de ensino da cidade, também são ex-estudantes das primeiras turmas que se formaram no curso de Ciências Sociais, outros com formação recente e apenas uma dessas pessoas realizou a graduação em outra universidade. Nessa experiência dois professores que foram estudantes da Universidade Federal de Viçosa, relataram o ingresso na primeira turma de Ciências Sociais, sendo eles Docente 3 e 4.

Docente 3: Eu tive que trabalhar durante o Ensino Médio, trabalhar durante o dia, né? Não fixo, mas de bico às vezes, para conseguir alguma renda tal. E aí formei no Ensino Médio, no ano de 2003. Fiz o PAES. Era um processo de vestibular seriado, que a cada ano você fazia a prova, mas eu não consegui. Não passei no ponto de corte, tentei um curso de Administração. Entrei no mercado de trabalho. Aí eu rodei, pelo mercado de trabalho, fui ser garçom. Depois fui ser servente de pedreiro. Depois eu fiz um processo seletivo na prefeitura, e aí eu comecei a trabalhar como agente de endemias no ano de 2005. E aí, de 2005 até 2012, eu trabalhei como agente endemias. (Entrevista realizada no dia 25 de outubro de 2023)

O Docente 3, também de origem periférica, passou por percalços durante sua trajetória até o ingresso na Universidade. Estudante de escola pública, percorria cerca de 6 km para chegar na escola que tinha Ensino Médio. Se pegava a condução, não tinha dinheiro para o lanche, isso quando tinha dinheiro para alguma dessas duas coisas. Tem um histórico de lutas no sangue, filho de um pai sindicalista e servidor da Universidade, atualmente além de professor é também vereador na cidade.

Docente 3: Era sonho [a faculdade]. Mas não tinham ali como uma cobrança. Um pedido: Ah você tem que fazer o ensino superior. Sou o primeiro da minha família que tem ensino superior, primeiro e único na verdade. Os outros irmãos não têm ensino superior, então... Eu sou mais novo, da minha família, tenho mais 3 irmãos, são todos mais velhos que eu. E assim, é algo que não era almejado. Apesar do meu pai né, hoje não está mais entre nós, mas ele era servidor [e sindicalista] da Universidade Federal de Viçosa. Lembro de uma fala muito marcante do presidente Lula “os servidores da universidade não tinham a condição de colocar os seus filhos para estudar no ensino federal”, apesar que nós temos um colégio de aplicação. Mas o colégio de aplicação não tinha nem essa oportunidade! Foi exatamente por causa do REUNI que criou o curso de Ciências Sociais e possibilitou de estar fazendo esse ensino superior. Então assim, é algo bem bem marcante mesmo, na minha trajetória.” (Entrevista realizada no dia 25 de outubro de 2023)

Nem sempre é um sonho o ingresso nos cursos de licenciatura, mas sim na universidade, pois é a possibilidade existente para algumas pessoas na busca por uma vida melhor e mais estável, para que não tivessem que se submeter a empregos temporários e com

baixa valorização social como trabalhar em confecção, ser garçom, servente de pedreiro, office boy, que são profissões que apresentam condições mais exaustivas e sem direitos trabalhistas garantidos. O interesse de estudar e almejar um futuro diferente da realidade de vida experienciada foi mais forte para essas pessoas, algumas nem conheciam Ciências Sociais, se arriscaram e ingressaram na Universidade.

Docente 3: Aí tive oportunidade de, no ano de 2008, fazer o vestibular. Fiz um cursinho popular e tive oportunidade de entrar no curso de Ciências Sociais, que estava sendo aberto. Então sou da primeira turma do curso de Ciências Sociais, que não sabia o que que era Ciências Sociais, não tive Sociologia. Mas era uma das oportunidades poder estudar numa Universidade é.. por ser noturno e áreas afins que eu tinha certa facilidade, que era História, né? Geografia. Aí, por isso que eu optei também pelo curso de Ciências Sociais. (Entrevista realizada no dia 25 de outubro de 2023)

Realidade parecida com o Docente 4, mas que neste caso, foi criado somente pela mãe. Vivendo em uma região afastada do centro da cidade, enfrentava a realidade de ter que trabalhar para ajudar no sustento da casa como office boy, que embora com carteira assinada, relatou uma rotina de trabalho difícil. Tinha o sonho de fazer a faculdade de Relações Internacionais, mas não sendo possível, pensou em fazer História mas optou pelas Ciências Sociais por ter Ciência Política na grade curricular. E ao ingressar na UFV, recebeu a notícia da namorada de que teriam um filho, o que impactou a sua experiência de calouro.

Docente 4: Eu tinha terminado o Ensino Médio em 2005, então estava muito tempo sem estudar. Então assim, todo aquele processo de adaptação natural que acontece com o calouro e ainda tem uma coisa dessa ainda trabalhar e tal, então assim, os primeiros momentos das Ciências Sociais foram muito difíceis. Mas, ao mesmo passo que era difícil, por conta dessas questões externas ao curso, eu fui me encantando, né? E aí teve muita influência do professor Jefferson, que eu olhava, assistia as aulas dele e ficava assim “nossa cara, como é bom esse negócio de Ciência Política, né?” E eu fui ficando e fui gostando do curso e depois aquela vontade de fazer História foi se perdendo assim, Ciências Sociais acabou fazendo parte assim do meu objetivo de vida. (Entrevista realizada no dia 31 de outubro de 2023)

Ao oferecer um curso noturno, a Universidade amplia as possibilidades para as pessoas que precisam trabalhar para garantir o próprio sustento e/ou sustento familiar e ainda poder estudar. Essa realidade é recente, pois o que é esperado pelas instituições, é a dedicação integral ao ensino superior, sendo esta uma realidade de classes mais altas, não abarcando as vivências das pessoas de classes mais baixas. Mesmo sem o conhecimento prévio do que era o curso, os docentes 3 e 4, sabiam que se tratava de uma área das humanidades e por terem afinidades optaram por ele e aprenderam a prestigiar as Ciências Sociais durante o processo. Ampliaram também as possibilidades de vida, para que ultrapassassem o que lhes era

esperado socialmente, tornando educadores importantes, sendo referência e inspiração para o seu núcleo familiar.

É relevante colocar que para a maioria das pessoas entrevistadas fatores pretéritos ao ingresso à Universidade, como a realidade familiar, ter que trabalhar, descoberta de um filho justamente no ingresso na universidade, interferem diretamente na permanência e possibilidades de dedicação ao longo do curso. Essas pessoas conseguiram permanecer com o intuito de garantir a melhoria de vida, mas sabemos que muitas pessoas desistem.

Ao perguntar a respeito da forma que essas pessoas observavam seu ingresso na universidade, elas relataram uma possibilidade de ascensão e mobilidade social.

Docente 4: Eu posso dizer que a transformação da minha vida, ela acontece a partir do momento que eu consigo ser professor. Não estamos falando que a profissão é valorizada, mas perto do que era antes, perto da média do brasileiro, aí... Eu não posso reclamar! É a partir do momento em que eu consigo essa mudança de profissão, as coisas melhoraram, não é perfeito, maravilhoso, mas é uma vida melhor do que era antes, com certeza. (Entrevista realizada no dia 31 de outubro de 2023)

Docente 5: Eu tenho 2 irmãs mais velhas. Eu fui a primeira a ingressar numa faculdade e depois numa Universidade pública. E geracionalmente as minhas primas, os meus primos. A partir da nossa geração, que teve possibilidade de ingresso nas universidades e de ingresso em termos de mobilidade social também, né? De acesso ao mercado de trabalho, melhor remunerado e, mas eu tenho uma tradição na minha família, de professoras, né? Mas na minha geração, só eu que sou professora. (Entrevista realizada no dia 31 de outubro de 2023)

A Docente 5, tem uma trajetória diferente dos demais. Ela vem de família de professoras, onde a valorização da Educação esteve presente em toda a sua criação. Ela e seus primos que ampliaram as possibilidades da família, ingressam nas universidades gerando melhores oportunidades de empregos e melhoria nas remunerações. Ingressou numa faculdade particular para fazer Jornalismo, mas durante a trajetória percebeu que gostaria mesmo era de ser Cientista Social. Depois de uma longa trajetória como cientista e educadora, fez também o curso de Direito.

Como exposto, essas pessoas tiveram a formação escolar majoritariamente em redes públicas de ensino. A maior parte das pessoas entrevistadas são de classe social mais baixa e a docência é o que possibilitou uma melhoria de vida, ainda que exerçam uma profissão com baixo prestígio social em comparação a outros cursos, como Direito, Medicina e Engenharias. Dois desses docentes (3 e 4), não sabiam de fato o que era o curso de Ciências Sociais até o ingresso na Universidade, já os demais (1, 2 e 3) optaram e tomaram conhecimento pelas

Ciências Sociais a partir do ingresso em outros cursos, sendo a Docente 1 Agroecologia, Docente 2 Pedagogia e Docente 5 Jornalismo. Pode-se pensar como hipótese o fato de não terem tido o acesso ao Ensino de Sociologia na sua educação básica. Apenas dois dos entrevistados têm formação continuada (2 e 5). Docente 2 tem formação em Pedagogia, pós-graduação em Filosofia da Religião e Docente 5 tem mestrado.

Apenas o Docente 2 tem cargo municipal devido a sua formação em Pedagogia. Todas as pessoas ingressaram na rede Estadual de ensino, com exceção da Docente 5, que experiencia uma realidade diferente dos demais pois ingressou no ensino Federal. E para entender melhor a trajetória profissional vivenciada por elas, precisamos entender a realidade do Ensino Médio público no Brasil para basear as discussões que serão feitas posteriormente.

3. O Ensino Médio público no Brasil

É dever do Estado contribuir para uma educação justa, de qualidade e acessível para todos os jovens do Ensino Médio, sendo a escola um ambiente de contribuição na formação social e cultural dos indivíduos sociais. Mas sabemos que não é com plenitude que ocorre a prática dentro das escolas públicas no Brasil, onde é possível identificar desigualdades e dificuldades de acesso e permanência. Paralelo a isso, nos deparamos com o trabalho docente desqualificado, a falta de recursos didáticos, a desvalorização das disciplinas, da ciência, desigualdades sociais se acentuando, entre diversos outros fatores que se apresentam no ambiente escolar. É o que discorre Nora Krawczyk (2011) no texto “Reflexões sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil hoje” e embora seja um texto de mais de dez anos atrás, ainda retrata a realidade do presente momento e por isso foi utilizado como base para fazer a discussão deste capítulo.

As deficiências atuais do Ensino Médio no país são expressões da presença tardia de um projeto de democratização da educação pública no Brasil ainda inacabado, que sofre os abalos das mudanças ocorridas na segunda metade do século XX, que transformaram significativamente a ordem social, econômica e cultural, com importantes consequências para toda a educação pública (KRAWCZYK; 2011. p. 754).

Discutimos constantemente sobre a perda de identidade desse nível de ensino, mas ela nunca foi de fato estabilizada. O Ensino Médio sofre abalos ao longo de sua trajetória, se expande de forma mais marcante na década de 1990, após o período de redemocratização do Brasil, mas anterior a isso o acesso a ele não era realmente garantido. A sua tentativa de democratização tardia, se dá pelo fato de que “as políticas de expansão do Ensino Médio respondem não somente às aspirações das camadas populares por mais escolarização, mas

também à necessidade de tornar o país mais competitivo no cenário econômico internacional.” (KRAWCZYK; 2011. pp 755) Ainda assim, sua democratização não é efetiva, pois é evidente que há evasão escolar acentuada, inconstância no número de matrículas e, obviamente, se tratando do acesso de pessoas de classes mais baixas.

Para alguns segmentos sociais, cursar o Ensino Médio é algo “quase natural”, tanto quanto se alimentar etc. E, muitas vezes, sua motivação está bastante associada à possibilidade de recompensa, seja por parte dos pais, seja pelo ingresso na universidade. A questão está nos grupos sociais para os quais o ensino médio não faz parte de seu capital cultural, de sua experiência familiar; portanto, o jovem, desses grupos, nem sempre é cobrado por não continuar estudando. É aí que está o desafio de criar a motivação pela escola (KRAWCZYK; 2011. p. 756).

Para as pessoas entrevistadas, é a partir da geração delas que as possibilidades de acesso à educação se amplia em comparação com a geração de seus pais e/ou avós, por exemplo. Para as classes baixas, o Ensino Médio é uma grande conquista para melhorar as possibilidades do ingresso ao mercado de trabalho e o ingresso para a faculdade só se torna realmente possível após a implementação de políticas afirmativas nas universidades, principalmente da política de cotas, ainda que com grandes dificuldades de ingresso e permanência devido às desigualdades de acesso, uma vez que não é esperado que essas classes alcancem um nível de escolaridade maior do que o ensino básico. E esta é a realidade presente nas escolas que os/as docentes entrevistados/as experienciam. A tabela 3, expõe a realidade social das escolas em que as pessoas entrevistadas trabalham.

Tabela 3

PSEUDÔNIMO	REALIDADE SOCIAL DA ESCOLA QUE TRABALHA
Docente 1	Atende discentes de classes baixas e periféricas.
Docente 2	Atende discentes de classes baixas e periféricas.
Docente 3	Atende discentes de classes baixas e periféricas, embora a localização seja mais próxima ao centro da cidade.
Docente 4	Atende discentes de classes baixas e periféricas, embora a localização seja privilegiada.
Docente 5	Atende discentes de classes mais altas e localização privilegiada.

Apenas a escola da Docente 5 recebe majoritariamente pessoas de classes altas e com diversos privilégios, sendo esta uma escola Federal. O público geralmente é composto por estudantes que vêm de outras cidades para estudar aqui. Embora a escola do Docente 4 se encontre em localização privilegiada, a realidade socioeconômica é definida por um público de classe social mais baixa. As demais escolas também atendem um público de classes sociais baixas e periféricas. O que demonstra uma divisão social, econômica e cultural, onde as

classes mais baixas da cidade ocupam as escolas Estaduais e as de classes altas ocupam o ensino Federal ou particular.

Por isso, a educação se estrutura como um espaço de lutas. São estruturas que legitimam a dominação de um grupo em relação a outro, e apoiado no conceito de violência simbólica, Stival e Fortunato (2008) discorrem que, Passeron e Bourdieu desenvolveram a teoria da reprodução onde existe uma cultura dominante que determina a diferenciação cultural para todos. Os filhos dos burgueses experienciam a educação com acessos e privilégios, que fazem com que eles tenham a possibilidade de uma ascensão muito maior em comparação aos filhos dos trabalhadores que estão estudando e trabalhando, por exemplo, não somente porque querem independência financeira, mas por necessidades de sobrevivência.

Neste caminho, percebe-se que existe uma violência que gera uma exclusão que é “inevitável” justamente pela rejeição da cultura popular, por tudo que ela alcança e que é produzido por ela. O sistema educacional reproduz uma estrutura do espaço social nas classes e suas dominações, na imposição de hábitos da sociedade burguesa que determinam uma dominação e diferenciação social. Não tem uma distinção que torne uma pessoa melhor ou pior do que a outra, mas são valores atribuídos de formas diferentes, que demarcam os espaços que ocupam.

De acordo com Clérc (1970, p. 151), o ambiente familiar pode influenciar de diversas maneiras as possibilidades de sucesso escolar, seja durante o ano escolar, quando a criança frequenta a escola elementar, seja durante a escolaridade anterior, seja ainda na pequena infância. A visita às famílias permitiu ao autor apreender certos aspectos desta influência: ação educativa consciente, por meio da atenção aos trabalhos escolares em casa influência inconsciente do nível social que se exprime, por sua vez, através da renda e do nível cultural dos pais (CUNHA, 2007. p. 512).

Embora para Clérc a condição financeira não seja o principal determinante para a diferenciação (CUNHA 2007), afirmo que é o que limita as possibilidades da atuação familiar no processo de educação dos filhos, por exemplo, uma vez que pessoas de classes mais baixas não conseguem efetuar um acompanhamento com os filhos, não por insensibilidade, mas porque então inseridos nos trabalhos de cuidados de outras famílias, principalmente se tratando de mulheres e/ou mães solas, na conquista do mínimo para manterem o núcleo familiar. Ainda assim, o conhecimento é considerado algo de valor para eles.

O conhecimento também é identificado como o capital mais importante do trabalhador nas novas formas de produção. Assim, o discurso dominante – o político, o empresarial e o da mídia – reforça a ideia de que o ensino médio facilita a inserção no mercado do trabalho (KRAWCZYK; 2011. p. 757).

Além desse fator, apresenta-se a dualidade que intensifica a discussão da realidade do Ensino Médio: formação geral e/ou profissional. Ela é caracterizada principalmente após o crescimento industrial e a demanda de mão de obra qualificada, que acaba incluindo a formação técnica junto à formação educacional. Isso liga diretamente a educação pública ao processo econômico do país. E, por mais que haja forte movimento que caminhe contra essa relação, é um desafio que enfrentamos ao longo de décadas e tem permanência no debate atual. Isso acaba alastrando as desigualdades, pois as escolas particulares prezam por uma formação geral e continuada, enquanto as escolas públicas traçam sempre um caminho rumo ao mercado de trabalho.

Devido à falta de escolaridade das gerações anteriores, pode ocorrer uma valorização maior na conquista pelo diploma, pois o que era o sonho, o Ensino Médio e a faculdade, se torna uma possibilidade para a atual e próximas gerações. Obviamente que com o auxílio e políticas afirmativas, ainda que não ocorra de maneira efetivamente democrática e igualitária. Desse modo, as mudanças econômicas, também atingem o social, fazendo com que o Ensino Médio passe a não ter aquela valorização social que tinha anteriormente e que marcava uma diferenciação social, pois todos passam a ter direito ao acesso, mesmo que de forma precária, passando a ocorrer uma diferenciação social no ensino superior e ao alcançarem a graduação, ela passa também a não ser valorizada e reconhecida como antes. Retornando a perspectiva de Bourdieu e Passeron, posso dizer que isso altera o movimento das disputas sociais e as violências simbólicas de distinção de classes, porque incomoda os “dominantes” se os “dominados” começam a ter acesso ao capital cultural que anteriormente era de exclusividade deles, por isso eles deslegitimam e invisibilizam os acessos de minorias sociais nos ambientes.

Por conferência, deparamos com o senso comum tratando a realidade dos jovens da educação básica pública sendo reduzidos ao fracasso escolar, os responsabilizando pelo aumento da violência e criminalidade, da gravidez na adolescência, como se isso fosse o determinante para caracterizar as juventudes, principalmente se tratando de realidades periféricas. Para a maioria a responsabilidade desse fracasso se dá pelas juventudes, que é julgada como irresponsável que não demonstra interesse algum pelo aprendizado. Enquanto para as juventudes, a sociedade e o ambiente escolar ignora totalmente suas necessidades e interesses, que se entrega a uma rotina massante, sem incentivos e assim fazendo com que eles não tenham o devido interesse no aprendizado, mas sim em terminar logo os estudos para conquistar um diploma.

Ao estudar as juventudes no âmbito escolar, Juarez Dayrell (2007) destaca que “o problema não se reduz nem apenas aos jovens, nem apenas à escola” (p. 1106). O autor problematiza então a “condição juvenil” com suas preocupações e necessidades, entendendo que é uma nova maneira do “ser jovem” de se expressar perante o social, colocando também em questão o sistema educacional e de que forma a pedagogia de ensino pode lidar com isto, já que ao lidar com jovens nem sempre são consideradas as suas condições juvenis. Observamos eles como o futuro da produção social e/ou o futuro da cidadania, sendo que eles já são indivíduos e produtores sociais.

Pensar a educação no Brasil é revisitar uma história de desigualdades, lutas, conquistas. Educar é uma tarefa árdua que exige o compromisso de contribuir na ação formadora do ser humano. Para Freire (1980, p. 39), a educação necessita estar, em todos os níveis engajada em “permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história (BARROS; DA SILVA SOUZA; DUTRA; GUSMÃO; CARDOSO; 2021. p. 2).

Então como construiremos uma educação onde os estudantes consigam se formar como sujeitos, podendo transformar o mundo, fazer cultura e história como é colocado por Paulo Freire, se reduzimos toda a experiência desses jovens à estigmas sociais, à disciplinar esses corpos para serem submissos à uma estrutura que é “montada” para atender ao mercado de trabalho para melhor favorecimento exclusivo do capital e manutenção de uma distinção social? A carga de resolução desses conflitos muitas vezes é colocada como responsabilidade da disciplina de Sociologia, e por causa deste e de outros fatores, nos deparamos com alguns percalços específicos da disciplina, que falaremos no capítulo seguinte.

4. Ensino de sociologia

Nesse contexto de desigualdades presente no Ensino Médio do Brasil, as disciplinas específicas também enfrentam adversidades, principalmente se tratando das Ciências Humanas. O Ensino de Sociologia, especificamente, se depara com enfrentamentos de diversas formas ao longo da sua trajetória como ciência e inserção na educação básica de ensino brasileira. Mendonça (2017, p. 59) discorre sobre a disciplina ser alvo recorrente das reformas educacionais, dessa forma, aponta que:

O período de 1996 a 2016 permanece como palco de tensões permanentes que corroboram a tese de intermitência da Sociologia no currículo do Ensino Médio, marcado por importantes conquistas e atualmente com derrota, ainda não definida na perda de obrigatoriedade.

Segundo a autora, a Sociologia é implementada no ano de 1925 no currículo da educação básica pela primeira vez na cidade do Rio de Janeiro, em uma escola tradicional chamada “Colégio Pedro II”. Três anos depois, ela se torna obrigatória nas Escolas Normais e posteriormente em 1931 alcança a obrigatoriedade “no Ensino Secundário, em nível nacional, por iniciativa do ministro da Educação Francisco Campos.” (Mendonça, 2017; p.61). Em 1942 ela permanece somente nas Escolas Normais devido a Reforma Capanema e sua inserção de um ensino tecnicista.

O pior momento para disciplina no Ensino Médio ocorreu durante a Ditadura Militar de 1964, um período em que houve diversas censuras não somente na educação, onde a Lei n. 5.692/71 aprovou a retirada da Sociologia, sendo substituída por OSPB (Organização Social e Política Brasileira) e EMC (Educação Moral e Cívica). Esse fator demonstra a maneira que a política e a educação se entrelaçam, a maneira que sua relevância muda de acordo com a estrutura de poder vigente. O currículo tecnicista presente nesse período em que as disciplinas foram retiradas, fez com que elas perdessem a importância por serem tratadas em temáticas de conhecimento, fazendo as exatas terem uma ênfase maior, tendo foco em atender ao capitalismo com baixo custo e mão-de-obra qualificada. Porém, mesmo quando a Sociologia retorna às matrizes de ensino, permanece instável após o período de redemocratização do país (1988). Durante todo o processo histórico do ensino de Sociologia no Brasil, é evidente a sua instabilidade com recorrentes inclusões ou exclusões na educação básica. “Filhas da democracia, as Ciências Sociais – obviamente mal vistas pelos regimes conservadores e erradicadas pelos regimes ditatoriais – servem (à) democracia e são preocupantes” (LAHIRE, 2014. p. 50).

Na década de 1980, a partir do processo da construção da redemocratização, começam as discussões a respeito de uma nova LDB (Lei de Diretrizes Básicas) e o que se esperava era o retorno de sucesso dessa disciplina, porém, ao contrário de uma década marcada por esperanças, os anos 90 apresentou um viés diferente do esperado.

A década de 90, paulatinamente, significou o início do retrocesso dessa etapa histórica, já que as políticas governamentais passaram a incorporar e implementar, com rigor assustador, as diretrizes neoliberais caracterizadas sobretudo pela privatização do Estado, sucateamento do setor público e o ideário das “competências” e “habilidades” que cada indivíduo deve ter para ser reconhecido socialmente como *cidadão* comprometido com a nova ordem social, pautada na racionalidade e eficiência no uso dos recursos, especialmente os públicos (MENDONÇA, 2017; p. 62).

Tivemos figuras importantes discutindo a LDB nº9394/96, como o Sociólogo Florestan Fernandes, que não pode ver sua aprovação em vida. Porém, Mendonça (2017) aponta que a sua aplicação traz consigo as ideias de pensamento liberal, desconsiderando parte do debate progressista que caracterizava as discussões da sua construção. A situação se agrava quando o Sociólogo Fernando Henrique Cardoso, presidente do país, utiliza do seu veto integral para barrar a obrigatoriedade da Sociologia e Filosofia no Ensino Médio proposta pela PCL nº9/00 que alterava o Artigo 36 da LDB. Diante desse cenário, a esperança de retorno foi depositada no governo seguinte, momento que ingressa o presidente Lula (PT) no poder.

A precariedade de sua presença só pode ser comparada a do professor de Sociologia, possuidor de uma certificação profissional compulsória, que não lhe abria portas para o exercício da docência, ao contrário, o impelia a situações profissionais de desqualificação do seu trabalho e menosprezo com a sua formação específica. Uma nova etapa estava por vir, para romper com a realidade negativa para a Sociologia e trazer o seu retorno ao currículo da Educação Básica, agora favorecido pela nova gestão do governo federal, Governo Lula, que abriu possibilidades para avaliação e mudanças na política educacional brasileira (MENDONÇA, 2017; p. 64).

Durante esse período normalizou a atuação de docentes que não eram formados em Ciências Sociais serem responsáveis pelas aulas de Sociologia, com áreas que lidam com temáticas em comum, mas sob uma ótica de outras ciências. Não venho apontar este fator como uma forma de culpabilizar estes profissionais, pois eles estão em busca de emprego e garantia do próprio sustento. Mas é uma responsabilidade das instituições, processos seletivos, entre outros, que não direcionam essas aulas para as pessoas que são formadas para isso, pois docentes de Sociologia desempregados à procura de um cargo sempre tivemos.

Somente em 2005 ela retorna sua obrigatoriedade com base no argumento de que a Sociologia e a Filosofia, são necessárias para o exercício da cidadania, proposta realizada pelo professor Amaury Cesar Moraes, a pedido do Ministério da Educação, que apresentava uma nova proposta de LDB numa perspectiva mais progressista. A proposta foi aprovada em 7 de julho de 2006 por unanimidade pelo Conselho Nacional de Educação (Resolução CNE nº04/2006). Porém ela foi aplicada de maneira desigual nos Estados brasileiros, por não ser uma determinação federal e sim de aplicação Estadual, o que não permitiu o acesso de todos/as ao Ensino de Sociologia. Somente em 2008, através da Lei Federal nº 11.684/2008 que a Sociologia se tornou obrigatória em todo território nacional, no Governo Lula. A partir de 2011 ela ganha forças com sua inclusão no PNLD - Plano Nacional do Livro Didático.

Isso alterou muito a forma que ela era estruturada dentro das instituições de ensino, muitas vezes sendo trabalhada com uma ótica que não configura de fato esta ciência. Logo o processo de reestruturação, não era referente somente a disciplina em si, mas principalmente a forma de atuação de profissionais que ministravam essas aulas. Começa então a tentativa das universidades de incentivarem o ingresso e diálogo com as licenciaturas.

Docente 5: Então eu percebi que assim, eu aproximei da licenciatura quando o Paulo Toma ainda era do departamento [Ciências Sociais - UFV], a professora Nádia, que falavam “vamos fortalecer”, “vamos trazer estagiário” porque a gente tem que fortalecer a licenciatura e dar um gás né. Dar um estímulo para as pessoas assumirem a sala de aula, com responsabilidade. Porque a gente teve durante muito tempo pessoas que não eram formadas na área, atuando na área das Ciências Sociais e ainda tinha uma questão da formação não comprometida com o Ensino Médio e educação básica, né? Que era passar filme e fazer roda de debate com uma aula por semana. (Entrevista realizada no dia 31 de outubro de 2023)

As Ciências Sociais carregam consigo estigmas que, geralmente, não agradam aos que observam como um problema o desenvolvimento crítico social e isso gera caminhos para o não reconhecimento da ciência como tal. A própria nomeação da ciência somente enquanto Sociologia ao incluí-la na educação básica, demonstra esse fator. O desconhecimento popular a respeito da profissão e da ciência, se dá porque ela é menos legitimada e com isso lhe é cobrado justificativas para firmar argumentações que não são cobradas as demais ciências, por exemplo. “A sociologia é uma das raras ciências que é obrigada a desfazer mal-entendidos, de passar seu tempo a explicar e a justificar sua démarche do que a fornecer seus resultados e análises (Lahire, 2002)” (CARVALHO FILHO; 2014. p 62). Ela se depara com vários desafios na educação e muitas vezes é observada como responsável por gerar discussões em outras disciplinas, que geram polêmicas e que na ausência dela, em tese, não existiriam. Sendo alvo contínuo de contestações, onde nem sempre é percebido que sua real intenção é instigar sujeitos ao senso crítico e distanciá-los do senso comum.

O que está no centro da discussão, além da definição dos próprios objetivos da disciplina – quer dizer, de sua função social e do seu papel, não exclusivo, de contribuir para a articulação da formação do espírito crítico e os debates científicos – são as disputas pelo direito de falar com autoridade do mundo social (CARVALHO FILHO;2014. p. 70).

Ter respostas definidas, críticas e que destoam do senso comum que é esperado pela estrutura padronizada do ambiente escolar e social, gera diversos conflitos tidos como “desagradáveis” e que interferem diretamente no entendimento dos estudantes com relação à disciplina e ordem. A própria discussão que permeia o PL867/2015 referente à “Escola sem partido”, parte do pressuposto de que ser professor/a não é uma formação científica sólida e,

como os cartazes das manifestações dos professores estampam, amordaçam os profissionais da educação e desqualificam os mesmos, justamente pelos apoiadores do projeto observarem essa criticidade dos adolescentes como uma ameaça e colocam todo o trabalho de estimulação do pensamento como doutrinação política-ideológica.



Figura 2: “Pessoas fazem protesto contra o Escola sem partido, que chamam de "Lei da Mordação", durante uma sessão sobre o projeto de lei na Câmara Foto: Jorge William / Agência O Globo/31-10-2018” Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/em-reacao-ao-escola-sem-partido-entidades-de-educacao-lancam-manual-contra-censura-23262743>

Após esse momento, reforçam a discussão a respeito de uma reestruturação do Ensino Médio, o que se fazia necessário mediante as realidades e possibilidades que eram apresentadas na educação no país. Após o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em 2016, Michel Temer apressou diversas reformas sendo uma delas a Medida Provisória do Ensino Médio MP 276/2016, sem nenhum tipo de planejamento efetivo para a implementação do NEM desconsiderando a realidade das escolas brasileiras. Ele é efetivado na Lei 13.415/2017 e torna-se obrigatória a sua aplicação nas escolas públicas a partir do ano de 2022. Na realidade dessa lei a Sociologia passa então a compor a área de Ciências Humanas e suas tecnologias, sendo aplicada de maneira interdisciplinar com as demais áreas das humanidades, mas isso será discutido posteriormente.

Precisamos fazer com que os estudantes entendam que “O que faz com que o conhecimento sociológico não seja um conhecimento do mundo social “como outros” (religioso, político, ideológico, etc.) e que ele possa pretender certa robustez diante dos fatos sociais observáveis, é que ele é uma construção racional apoiada nos dados produzidos segundo métodos (explícitos) específicos” (LAHIRE, 2014. p.51). E para além disso, quando tratamos da docência de Sociologia, nos deparamos com diversos receios e desafios, com as inúmeras possibilidades e surpresas que o “ser professor/a” pode proporcionar. Ao se tratar de

uma área tão estigmatizada, conhecida por tratar de assuntos “polêmicos” e/ou “difíceis” de serem explicados e discutidos, os receios se acentuam, principalmente no desafio de chamar a atenção e interação dos estudantes para a importância da disciplina.

Docente 1: Eu vejo que a matemática ainda é vista como mais importante do que a Sociologia, né? Mas eu vejo que eles acham importante discutir mesmo questões que está dentro da sociedade. Eu estou dando aula pro terceiro ano e eles são frutos da pandemia. O primeiro ano deles foram no momento pandêmico, então eles não tiveram três porquinhos: que é o Marx, Weber e Durkheim, né? Então eu tô dando para eles agora, eu tô tentando dar os Contratualistas também. Porque sempre cai no Enem². Então eu estou tentando. Eu fui dar uma aula e eles bateram palma! Eles falaram “cara, deu, deu um giro de 360 na minha cabeça, eu tô louco.”, “se eu soubesse que a Sociologia era isso, eu teria dado mais atenção pra ela”. (Entrevista realizada no dia 6 de setembro de 2023)

A Docente 1 demonstrou alegria e satisfação ao relatar que recebeu aplausos durante a aula, reconhecendo a raridade de um momento como este no exercício de ser professora. Embora a matemática seja pensada como mais importante, como coloca a professora, é relevante pensar o quanto eles passam a reconhecer a importância da Sociologia, quando tem acesso ao conteúdo que infelizmente não tiveram anteriormente devido à pandemia. Então há valorização desses estudantes em relação à disciplina. Realidade percebida de forma um diferente pelo Docente 2 ao falar sobre a forma que a escola lida com a Sociologia, onde seus colegas de profissão consideram ela como importante, mas os estudantes nem tanto, mas que está progredindo.

Docente 2: Então, os docentes sim, os alunos nem tanto. Acho que poderia ser um pouco melhor, claro né, eles trazem aquela ideia de que português, matemática, História, Geografia, Ciências, Física, Química, Biologia são as matérias que vai fazer eles dar um salto, passar no Enem. Então eles trazem esse paradigma ainda! Mas eles já perceberam de uns anos pra cá o quanto a Sociologia é importante na vida deles, que a gente a todo momento a gente tá colocando situações pra eles que estão dentro da Sociologia e a vida social deles. Então eles tão tendo um respeito maior sabe? Eu tenho percebido isso a cada dia. (Entrevista realizada no dia 3 de outubro de 2023)

Na percepção do Docente 2, embora exista uma marginalização da disciplina no ambiente escolar, há uma valorização que se constrói ao longo dos anos. Porém, tendo somente uma aula por semana, a construção dessa valorização não ocorre da maneira desejada, como relata o Docente 3.

Docente 4: Eu já estou há 10 anos aqui e eu posso dizer sim. Então é esse processo de convencimento aos alunos de que a Sociologia é uma ciência, ela é importante, ela pode abrir caminhos e olhares para coisas, que talvez eles nunca imaginaram ou nunca se atentaram. Não é fácil de conquistar, sabe? Ainda que com o processo do Novo Ensino Médio, a gente tenha

² Exame Nacional do Ensino Médio.

perdido muito isso, sabe, porque quando surgiu a ideia é.. A falácia de que a Sociologia deixa de ser uma disciplina obrigatória, assim como outras, né? Mas talvez perderam um pouco do interesse sobre a disciplina. Enquanto uma ciência, uma matéria da escola e tal. Mas menos difícil do que foi lá atrás. Ou que que foi quando era designado, que chegava numa escola que antes o professor não era cientista social, por exemplo. A gente trabalha com temas que são muito do senso comum. Então eles carregam com eles essa noção assim, de, meio simplória das coisas e não, tem outras formas de a gente observar esses fenômenos. Hoje as escolas que eu trabalho dá para fazer essa percepção de que eles valorizam a disciplina! Ainda que tenha perdido um pouco desse caráter, a partir do Novo Ensino Médio. (Entrevista realizada no dia 31 de outubro de 2023)

Na perspectiva dos Docentes 3 e 4, ser efetivo na escola possibilitou o processo de convencimento de que Sociologia é uma disciplina importante, mesmo que esse interesse sofra mudanças, como eles citam em relação ao NEM. Outro fator interessante citado pelo Docente 3, são os profissionais de outras áreas que por muito tempo eram responsáveis pela disciplina nas escolas, mas é um fator que ocorre ainda hoje. Isso contribuiu e contribui para uma perspectiva de que as Ciências Sociais trata somente de “atualidades” tomada por um discurso de senso comum, o que vai num sentido contrário à ciência.

Docente 5: Ah, sem dúvida, porque eles também sabem, eles não são inocentes, né? Não tem espaço pra inocência. No sentido de que, como que socialmente, a gente sociologizou a sociedade. O nível de que é uma questão que a própria Ciências Sociais faz, né? O compromisso é acadêmico, de formação ou se ele é para a cidadania, uma pós-cidadania, cidadania liberal... Eu acredito muito assim que, se avança, já é um avanço, se muda para alguma coisa, que rompe com aquilo que oprimia ou que discriminava já tá bom! Não fico entrando no mérito assim “poderia ter sido” não. Que que foi e avançou nesse sentido? (Entrevista realizada no dia 31 de outubro de 2023)

Lidando com estudantes com diversos acessos e privilégios, para a Docente 5 não há espaço para a inocência de tratar a Sociologia sem seriedade e aponta ter uma perspectiva mais realista de não se apegar ao que poderia ser, mas entender o que é, e que os avanços que acontecem já fazem a diferença.

Docente 5: Eu acho que tem a ver com a postura da gente também. Eles sabem que eu sou muito exigente, porque eu sei também eles exigem de mim. Então eles sabem também que esse encontro faz diferença nas provas, né? Faz diferença no ingresso no mercado de trabalho e faz diferença nas relações. A gente tem ter compromisso com o outro. Porque o conhecimento da gente, não é só pra gente. A gente tem que gerar conhecimento para a sociedade. Então a sociologia não é pra fazer prova do Enem. A sociologia, é pra trazer pra sua vida, as ciências sociais é pra trazer pra sua vida. Então essa é uma discussão que depende muito do perfil da escola. (Entrevista realizada no dia 31 de outubro de 2023)

Para a Docente 5, a seriedade com a disciplina também parte da postura de quem ministra as aulas, de saber se colocar como uma autoridade dentro daquele espaço, de

domínio do conhecimento, de estabelecer bem a relação entre professores/as e estudantes. E embora não há espaço para “inocência”, aponta que devemos ter paciência com a forma que as pessoas lidam com a Sociologia, uma vez que parte até mesmo do corpo docente nunca teve contato com a disciplina em sua formação, o mesmo em relação aos pais, pois essa ignorância muitas vezes não é uma escolha mas uma questão de acessos. A instituição que trabalha sempre tratou a disciplina com seriedade e com o mesmo respeito com as demais disciplinas, mas aponta que há uma diferença na forma que os estudantes por uma influência da sociedade, lidam com ela em comparação às outras disciplinas de exatas, por exemplo.

Docente 5: Elas que pegam nos exames. Então o estudante, ele vai instrumentalizar o tempo dele, a dedicação dele nessas áreas. Porque socialmente é mais cobrado. Ainda mais no Enem, por exemplo, que a sociedade fica ranqueando a gente. As melhores médias, as mais altas notas, são na área das Ciências Humanas, aqui [na escola]. Não são das áreas das exatas e eles sabem disso. Então cê sabe que... e aí os pais também acabam valorizando mais a área das Ciências Exatas, do que as Ciências Humanas, porque eles também não tem essa referência. Então é isto que acontece! Mas internamente a gente não tem problema. (Entrevista realizada no dia 31 de outubro de 2023)

O que aponta que apesar das oscilações, a Sociologia tem caminhado para um processo de reconhecimento mas ainda não tem uma estabilidade de maneira realmente efetiva tanto no senso comum, quanto no ambiente escolar. Esse processo de consolidação e reconhecimento da Sociologia e das Ciências Sociais, tanto como ensino, quanto como ciência, deveria ser uma responsabilidade conjunta, que abarcasse o Estado, as políticas públicas e o ambiente escolar, acaba sendo exclusiva dos docentes, que se encontram exaustos vivenciando essas realidades e instabilidades.

No início desse capítulo estudamos o processo de institucionalização da disciplina na rede básica de ensino público, pois é necessário traçar essa trajetória para entender o quão recente a sociedade brasileira lida com a Sociologia e com seu ensino, e porque sua permanência é tão atacada e invisibilizada. Com o relato dos/das docentes podemos perceber que assim como a Educação, a Sociologia é também um espaço de lutas constantes. E como mencionado nas entrevistas, com o NEM, percebe-se mudanças na forma que a Sociologia é tratada, na verdade percebemos um retrocesso ao tirarem ela da grade curricular obrigatória, diluindo ela no currículo da atual BNCC. E é exatamente sobre a estruturação do Ensino Médio que iremos discutir no próximo capítulo.

5. Novo Ensino Médio

Aprovado através da Medida Provisória 746/2016, a Lei do Novo Ensino Médio se concretiza através da Lei 13.415/2017 por meio da BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Junto a sua implementação ocorrem mudanças significativas em todo o campo educacional da rede de Ensino Médio público no país. Dessas mudanças citarei alguns pontos que considero mais pertinentes para a discussão: (1) Formação técnica e profissional; (2) Ampliação da carga horária; (3) Itinerários Informativos; e (4) Formação de professores.

O primeiro deles é referente a formação técnica e profissional, sendo essa uma característica forte com preocupação na inserção dos jovens no mercado de trabalho. A crítica a esse tipo de formação se refere à dualidade que nos deparamos ao longo do processo de consolidação da Educação no país, entre formação geral ou profissional anteriormente citada. Nem todos os estudantes querem ingressar diretamente no mercado de trabalho, muitos querem dar continuidade à formação acadêmica. Portanto, não podemos reduzir a uma única possibilidade e sim ampliar a visão para diversas alternativas para eles.

O segundo ponto é a carga horária da jornada escolar que alcança um total de 3.000h totais nos três anos, sendo 1.800h para as obrigatórias e 1.200h para os itinerários formativos. O objetivo é a implementação gradual do Ensino Médio Integral, com justificativa de uma formação mais ampla. Isso ignora completamente a realidade de jovens em condições sociais mais baixas que precisam trabalhar, muitas vezes para sustentar a própria casa. O que poderia e está gerando uma evasão escolar intensa nas escolas que já aderiram ao integral.

O terceiro ponto é que o currículo presente insere os itinerários formativos, que são opções oferecidas pela escola e dentro das opções oferecidas os estudantes podem escolher o que lhes convém e tem mais interesse baseado em competências e habilidades. Esses itinerários são tratados por temáticas por área de conhecimento interdisciplinar, como Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Matemática e suas Tecnologias, Formação Técnica e Profissional e Projeto de Vida, apresentando um material didático limitado para uma aplicação de qualidade. Sendo Matemática e Língua Portuguesa as únicas disciplinas mantidas do Ensino Médio tradicional e que são obrigatórias, não tendo mais a obrigatoriedade da Geografia, Biologia, Química, História, Sociologia, Filosofia, Arte, Educação Física e Inglês. O que não permite a garantia do conhecimento básico comum para a educação de uma forma geral. Isso reduz as diferentes ciências e enfraquece o processo de luta para a consolidação e permanência delas no ensino

público, além de demarcar uma desigualdade de acesso a estas disciplinas e aos conteúdos, comparando uma escola com outra, por exemplo.

O quarto ponto é a formação de professores, que visa uma formação continuada para melhorar a qualidade de ensino. Não considerando que essa nova estrutura intensificou as demandas de trabalho dos docentes, não permitindo tempo e possibilidades para conseguirem fazer essa formação continuada e assim conseguirem se adequar a nova matriz de ensino.

Isso tudo marcado pelo discurso de uma flexibilização curricular, que permite uma autonomia para os estudantes escolherem a própria trajetória educacional, propondo também a adequação do ENEM. Porém, como adequar um exame de alcance nacional, se este ensino está diluído e fragmentado, não sendo aplicado de maneira adequada e democrática para todos os estudantes? Como será essa adequação para uma avaliação realmente justa, sendo que eles terão acesso a diferentes itinerários formativos?

Os docentes se deparam com o desafio de se adaptar às novas condições sem que tenham um preparo adequado para oferecerem um trabalho de qualidade, sendo esta uma das principais demandas pontuadas por eles nas discussões sobre a possibilidade da revogação da Lei 13.415/2017.

Na minha trajetória dos estágios obrigatórios ao longo do ano de 2022, me deparei com diferentes realidades. Dentro da escola pública foi notável a dificuldade dos professores para realizar as aulas com material limitado, tentando se adaptar às demandas do Estado, da escola e dos estudantes. Além de uma carga horária de aulas excessiva por trabalhar em três escolas, por exemplo, além de todas as demandas extra-classe. Já na escola particular, fazendo um comparativo, me deparei com uma escola atendendo de maneira efetiva às necessidades dos estudantes, com recursos e materiais didáticos suficientes para uma boa formação discente e condições de trabalho docente mais adequadas.

Isso me remeteu às minhas observações ainda como estudante do Ensino Médio, vivenciando os medos e anseios gerados pelas mudanças sócio-políticas que ocorreram entre os anos de 2014 a 2016, onde já percebia uma desigualdade de acessos entre estudantes de escolas mais centralizadas em comparação com escolas mais periféricas, ainda que ambas fossem públicas. Desde o ano de 2022 vivemos um período de implementação do NEM, e o que percebo ao longo desses anos são essas desigualdades se alastrando cada vez mais.

Devemos nos atentar ao que permeia essa discussão para analisar as causas reais dessa mudança e a quantidade de fatores que andam lado a lado com a Lei nº 13.415/2017, podendo listar: a Emenda Constitucional (95/2016) referente ao Teto de Gastos, a Reforma Trabalhista (13.467/2017), a Medida Provisória (13.415/2017) de Michel Temer e a Reforma da Previdência (EC 103/19), corte de verba da educação em 30% (2019), a Reforma Administrativa (PEC 32/20). Entre essas reformas têm destaque diversos acontecimentos políticos como: o golpe da presidenta Dilma Rousseff (2016); a ocupação estudantil das escolas públicas em todo o Brasil, as manifestações públicas de professores e alunos no mesmo ano contra o teto de gastos, a reforma do Ensino Médio e “Escola Sem Partido”; a eleição de Jair Bolsonaro (2018); dezenas de congressos e manifestações regionais e nacionais discutindo toda a conjuntura social, política e econômica; movimentações sindicais; entre outros. Destacando o silêncio das mídias e o posicionamento tendencioso ao retratar esses fatores. Diante disso, torna-se indispensável a reflexão sobre a Sociologia enquanto ciência, mas principalmente enquanto ensino, uma vez que ela enquanto disciplina na educação básica sempre sofreu ataques e instabilidades, não tendo sua permanência garantida, como citado no capítulo anterior.

Durante as entrevistas com os/as docentes, ao serem questionados/as a respeito do posicionamento em relação ao NEM, se eram contra ou a favor, expressaram as seguintes opiniões:

Docente 1: Com certeza [contra]. Tem uma coisa que cansa muito, que é esse Novo Ensino Médio, sempre aparece com uma coisa. A cada dia, uma coisa nova, um projeto novo, uma loucurisse nova. E os professores estão extremamente cansados. Extremamente! É de cunho acordo que precisava de uma reforma da educação. E também dinamizar essa quantidade de alunos dentro da sala de aula. Valorizar o professor. Olhar para a educação. É de cunho acordo que isso precisa. Mas do jeito que foi feito, foi horroroso. Não que antes estava melhor. Mas antes estava tendo um sucateamento das escolas. Agora está tendo sucateamento tanto das escolas, quanto dos professores, quanto da matéria. Agora eu não faltam só ferramentas, agora é o professor. (Entrevista realizada no dia 6 de setembro de 2023)

Como citado pela docente, era necessário uma reforma na educação, mas esta foi feita sem considerar fatores importantes para uma mudança efetiva. O que piorou o quadro educacional e de trabalho.

Docente 1: É um dos projetos sem pé e sem cabeça! Injeção de bancos privados dentro da educação. Para que bancos não paguem impostos! Essa é a verdade. Daqui a pouco nossas escolas vai ter uma catraca se isso não mudar. E só vai entrar quem puder pagar, nem que seja uma mensalidade simbólica. Nem todo mundo tem acesso nem uma mensalidade simbólica. É aí que está a questão. Ou seja, vai ter mais pessoas analfabetas. Mais pessoas

não tendo acesso à universidade. (Entrevista realizada no dia 6 de setembro de 2023)

A Docente 1 aponta que essa mudança beneficia as empresas privadas, mais especificamente aos bancos, o que pode sucatear ainda mais a Educação e tornar ela possível somente aos que têm dinheiro. Eles ficam por trás das medidas, colocam a responsabilidade do fracasso das escolas por serem instituições públicas e conseguem argumentos para uma futura privatização.

Docente 2: Se as escolas tivessem um pouco mais de condições, de estrutura para estar recebendo essas novas disciplinas, eu sou totalmente favorável, porque é o que a gente vê na sociedade é o jovem partindo pro mercado de trabalho e totalmente despreparado por exemplo, em termos de finanças, eles não conhecem nada de finanças, educação financeira por exemplo. (Entrevista realizada no dia 3 de outubro de 2023)

De todas as pessoas entrevistadas, somente o Docente 2 se colocou a favor do NEM. Ele argumenta que os estudantes precisam estar preparados para o mercado de trabalho, com questões do mundo tecnológico, prepará-los para a competitividade do mundo. Acredita que as disciplinas acrescentam muito na formação dos estudantes, mas que a forma que elas são implementadas está sendo um grande problema.

Docente 3: Eu me coloco contra porque é uma estrutura que ela vem de cima para baixo. Ela não foi repensada, não foi feita por etapas. Ela é muito perceptiva nesse sentido de sucateamento da escola pública, ela está fazendo esse processo. Então assim, se nós pegarmos a experiência enquanto professor, é algo que é um caos, um caos! Desde a alimentação escolar, até transporte escolar, não funciona! Aí você coloca sexto horário na escola onde o aluno que mora na zona rural, ou mora num bairro distante, ele tem que sair do sexto horário, porque ele precisa pegar um transporte que a prefeitura oferece [mas somente para quem faz 5 tempos de aula, depois não tem]. Alimentação além de suficiente, você só tem um tempo de alimentação, né. Os alunos chegam muitas vezes com fome, não tem um desjejum, né. É um desafio grande! (Entrevista realizada no dia 25 de outubro de 2023)

O Docente 3 aponta os desafios sofridos pelos estudantes, que ao terem que ficar no sexto horário de aula, perdem o transporte oferecido pela prefeitura para voltar para casa. Além disso, não recebem as refeições adequadas para que consigam de fato estudar e ter uma produtividade melhor.

Docente 4: Eu tenho muito, muito cuidado para estabelecer muitas críticas assim. Porque sempre pode piorar, né? É, mas, digamos assim, num mundo ideal, o Novo Ensino Médio, ele tem aspectos muito positivos, sabe? Só que esse mundo ideal, ele não está na escola pública brasileira. Acho que quando planejaram o Novo Ensino Médio, eles fizeram baseados em uma outra sociedade que não a nossa, porque eles desconsideram que a nossa educação pública é uma educação pública pobre. De pessoas que têm, que tem uma baixa é, é, situação financeira, então muitos estudantes são obrigados a ter que trabalhar, não porque querem um dinheiro para ele, mas para poder ajudar em casa. Então eu acho que eles ignoraram isso. Eu acho que quando

planejaram, não trouxeram os alunos para dentro desse debate para saber o que de fato contribui para a formação deles. Então, acabaram pressionando eles, a áreas que muitas vezes eles não estão conectados a ela e tal. E é aquele negócio, colocaram o tiozão lá que fala gíria e acha que tá, que é jovem, né? (Entrevista realizada no dia 31 de outubro de 2023)

O Docente 4 aponta o que discutimos no capítulo a respeito do Ensino Médio no Brasil, a realidade dos estudantes que precisam trabalhar e estudar, não porque querem mas porque necessitam disso. E a implementação do NEM não contempla essa realidade. Num mundo ideal, seria maravilhoso que os adolescentes não precisassem trabalhar e dedicassem seu tempo integral aos estudos, mas não é a realidade que encontramos nas escolas públicas do país.

Docente 5: Dessa lei 13.415 eu sou totalmente contra. Mas o projeto, mas o projeto inicial de 2015, ele já trazia vários avanços, é, porque são 2 coisas totalmente diferentes. E que o projeto era bacana, né? Apontava justamente com dinamismo do Ensino Médio, mas com uma valorização maior da área das Ciências Humanas. Já incorporava toda uma revisão da área das Ciências Exatas e das Ciências Naturais. Então na no projeto 2015, as diferentes modalidades de ensino já são incorporadas, por exemplo, educação quilombola, educação prisional, educação para pessoas por necessidades especiais ou deficiências, educação de população ribeirinha povos migrantes, já incorporou uma série de realidades novas que em 96 a gente não tinha. Mas que ele foi totalmente desfigurado no de 2017. Então eu acredito que é importante em termos de política pública, a gente rever processos. Mas não esse! (Entrevista realizada no dia 31 de outubro de 2023)

Como citado pela Docente 5, a discussão a respeito de um novo modelo de ensino já estava sendo discutida anteriormente, mas a forma que eles aprovaram a Medida Provisória (746/2016) desconfigura toda a construção de um projeto de melhorias e avanços para o Ensino Médio. Mais uma vez, o que caracteriza esse momento é principalmente o avanço de implementações de ferramentas educacionais focadas na captação de mão de obra de acordo com a demanda do mercado de trabalho. Não foi considerada a falta de estrutura e capacitação adequada para os profissionais e para as escolas conseguirem a aplicação com sucesso.

Precisamos nos atentar o que perpassa esse movimento, “segundo dirigentes do Ministério da Educação (MEC), a reforma do Ensino Médio é urgente porque é necessário destravar as barreiras que impedem o crescimento econômico.” (MOTTA; FRIGOTTO. 2017. pp 357). Dessa forma, a preocupação com o crescimento econômico, não considerou as realidades heterogêneas vivenciadas dentro das escolas públicas e as possibilidades de uma formação geral que não vá para um caminho tecnicista.

A ideia de investimento em capital humano como motor de desenvolvimento econômico é uma determinada concepção de formação humana nos marcos restritos das necessidades de mercado. Enfatiza os conhecimentos úteis que o estudante deve adquirir para impulsionar a produtividade dos setores econômicos, a fim de potencializar a competitividade nos mercados local e internacional, ou para criar condições de empregabilidade, isto é,

desenvolver habilidades e competências que potencializem a inserção do indivíduo no mercado de trabalho. A formação humana é diretamente articulada com a formação da força de trabalho, sendo esta considerada um dos fatores de produção, assim como o maquinário. Trata-se de uma concepção predominante na história da educação brasileira, legitimada em políticas públicas de educação em diferentes momentos dos ciclos do capital. (MOTTA, FRIGOTTO, 2017; pp 358)

O presente modelo se caracteriza por fomentar a educação bancária, que observa e coloca a educação como investimento na busca pelo capital e captação de mão de obra de acordo com a demanda do mercado de trabalho. Esse fator acelerou a aprovação da reforma do Ensino Médio e fica evidente a tentativa de deslegitimação das ciências mediante a essa conjuntura. O que se destaca é que:

O Movimento pela Base Nacional Comum é formado por representantes da Fundação Itaú, Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Instituto Natura, Instituto Unibanco, consultora de educação do Banco Mundial, diversos representantes de faculdades privadas, entre muitos representantes ou ex-representantes de cargos públicos da educação, e alguns professores em exercício. Além destes, conta também com o apoio institucional da Fundação Roberto Marinho, do ITAÚ BBA, do movimento Todos Pela Educação, do Instituto Inspirare e outros (ALPARONE; FRANZI; FIOROTTI; 2022. pp 4).

Logo, esse “Novo Ensino Médio” atende a demanda de empresas privadas, que não vivenciam o ambiente escolar e seus enfrentamentos. A participação dos professores/as que vivenciam essas realidades, principalmente se tratando de escolas públicas, não foi considerada, sendo considerado somente os interesses bancários e empresariais. A BNCC que diz priorizar a educação e atender as diversidades sociais, em prática demonstra o completo oposto tendo como destaque o aumento gradativo das desigualdades. Mas após aprovado e implementado, fica difícil o retorno para o Ensino Médio Tradicional e dificulta as possibilidades de revogação.

Docente 5: E a gente tem um desafio no Ensino Médio, que é o fato de que a oferta obrigatória é pelo Estado. E a gente sabe que vários Estados compraram os pacotes das empresas, eles fizeram uma dívida que eles vão ter que pagar. Eles vão ter que adquirir os aplicativos, livros didáticos, dar as aulas online, usar as plataformas, porque isso é pacote que foi comprado. Então é por isso também que não tem a revogação. Porque politicamente, revogar seria ótimo! (Entrevista realizada no dia 31 de outubro de 2023)

As propostas de mudanças estão em percurso, a exemplo disso, no dia 29 de maio de 2023, ocorreu uma audiência pública com estudantes das escolas públicas do Ensino Médio da Cidade de Viçosa, professores/as, movimentos sociais, representantes do PIBID-UFV, superintendência de Ponte Nova, que contou com a participação da Deputada Beatriz Cerqueira (PT), organizada pelo Deputado Professor Bartomélio (PT), onde permitiram que

estudantes representantes de cada escola expusessem suas experiências nesse novo contexto. A Universidade Federal de Viçosa cedeu o auditório do Departamento de Economia Rural para a realização. Na audiência foi exposto a insatisfação dos estudantes com destaque em carga horária excessiva, saúde mental prejudicada, a dificuldade de conciliar trabalho e estudos com o tempo integral e falas como “não quero só trabalhar, quero entrar para a Universidade” “estão fazendo a gente de cobaia”, “não me sinto preparada para fazer o ENEM”.



Figura 3: Audiência Pública sobre o Novo Ensino Médio em Viçosa-MG. Universidade Federal de Viçosa no dia 29 de maio de 2023. Foto: Júlia Leticia Bigão.

Além dessa experiência, diversas outras escolas pelo país realizaram audiências e debates a respeito da insatisfação escolar com a implementação precoce e sem planejamento adequado para a aplicação efetiva do modelo. Proporcionar um espaço onde estudantes conseguem falar e serem ouvidos diante de um modelo que tenta aliená-los é de grande significância. O NEM deveria ampliar as possibilidades dos estudantes e docentes e não favorecer uma hegemonia político-econômica. E pensando nisso que a cidade tem o Parlamento Jovem, como é explicado pelo Docente 3:

Docente 3: A gente tem um, um dos carros chefe de parceria com a Assembleia Legislativa de Minas, que é o PJ [Parlamento Jovem]. Então a gente tem uma formação política de jovens. Essa formação política também contribui muito para que essa Juventude que participe conosco, entenda qual é o protagonismo. Seja representando, mas seja participando também, entendendo, fazendo a leitura de que realmente como funciona internamente uma Câmara Municipal, qual é a sua função, a diferença que é um executivo. A gente tem que usar os instrumentos que são nos oferecidos para que

possamos mudar também essa realidade. (Entrevista realizada no dia 25 de outubro de 2023)

Essa participação conjunta com os jovens, faz com que a discussão seja ampliada, considera as diversidades e colabora para o processo de conscientização e para a construção de indivíduos que pensam, que questionam e se entendem como parte da mudança. Mesmo com tantos impedimentos construídos socialmente para que jovens pobres e periféricos não tenham acesso a informações, justamente para impedir o avanço social dessas pessoas.

Junto a isso, nos deparamos com docentes enfrentando desafios para se adequarem a este modelo de ensino, sem receber nenhum tipo de qualificação adequada para executar de forma satisfatória as propostas exigidas pelo Estado. Esses pacotes intensificaram muito a carga horária de trabalho desses docentes e comprometeram uma educação de qualidade para os estudantes. Nesse contexto, principalmente após um longo período de isolamento por causa da Covid-19, o ambiente escolar se encontra adoecido e o papel do docente passa então a destoar da sua real função social e principalmente de trabalho.

O professor, diante das variadas funções que a escola pública assume, tem de responder a exigências que estão além de sua formação. Muitas vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras. Tais exigências contribuem para um sentimento de desprofissionalização, de perda de identidade profissional, da constatação de que ensinar às vezes não é o mais importante (Noronha, 2001). Essa situação é ainda mais reforçada pelas estratégias de gestão já mencionadas, que apelam ao comunitarismo e voluntariado, na promoção de uma educação para todos. (OLIVEIRA, 2004. pp 1132)

É comum que ocorram discussões a respeito da precarização do trabalho docente no senso comum, principalmente se tratando dos/as docentes de Sociologia em toda sua trajetória histórica, marcada pela instabilidade da disciplina e do trabalho dos Cientistas Sociais. Mas diante do NEM, fica evidente que está ocorrendo a intensificação da precariedade do trabalho, onde esses profissionais ficam frustrados e se responsabilizam pelo fracasso escolar, sendo que a responsabilidade não é deles. Diante disso, falaremos sobre essa condição de trabalho no capítulo seguinte.

6. O trabalho docente de Sociologia

Os cargos da rede básica de ensino público de Viçosa-MG são constituídos por cargos efetivos e contratados/designados, mas por todo o país há uma crescente incidência desses/as professores/as em cargos designados, uma vez que trabalhadores não efetivos são mão de obra

mais barata, para que os Estados não efetuem grandes gastos econômicos, mascarando a ausência de investimento em concursos públicos e principalmente na educação.

O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns Estados, a número correspondente ao de trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho de Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público (OLIVEIRA, 2004, p. 1140).

Essa realidade está muito presente no Estado de Minas Gerais, uma vez que não há um período definido para a realização dos concursos públicos, principalmente ao se tratar da área da Educação Básica. O último foi realizado em outubro deste ano 2023, mas o anterior ocorreu somente em 2017. Pode-se perceber a intensa insatisfação com as recorrentes manifestações e greves dos trabalhadores da educação da Rede Estadual de Ensino nos últimos anos, pois se apresentam indignados com as decisões tomadas pelo atual governador do Estado, Romeu Zema (Partido Novo), que tem histórico de atraso nos salários, e que através do Projeto Somar³ apresenta uma proposta que pode levar à privatização da Educação Estadual, além das propostas de municipalização das escolas Estaduais, aumentando ainda mais as preocupações com os recursos e percursos que tomam a educação.

O piso salarial não é considerado para efetuar o pagamento dos salários, falta “de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho de Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público” (OLIVEIRA, 2004. p. 1140).

Ferreira e Abreu (2014), ao discutirem esse tipo de contratação atípica, apresentam um quadro preocupante das condições de trabalho dos docentes temporários, salientando aspectos como: atuação em área distinta da formação profissional, formação inadequada ou inconclusa, atuação em grande quantidade de escolas e elevada carga horária de trabalho. Além disso, geralmente há necessidade de complementar a renda com outros empregos, distinção/discriminação no local de trabalho, ausência de sindicalização e participação política, numa situação de permanente insegurança e incerteza quanto ao seu futuro profissional, elevando-os `instabilidade e rotatividade do emprego e à desvalorização profissional e social.” (DA SILVA; DE MELO GOMES; DA MOTTA; 2020. p. 142).

E, infelizmente é o que tem configurado também a realidade dos efetivos, que embora tenham uma estabilidade maior do que os cargos designados, se encontram em condições de

³ Segundo o Agência Minas, é uma “iniciativa consiste na gestão compartilhada de escolas estaduais que oferecem o ensino médio, em parceria com uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos selecionada por meio de edital de chamamento público.”

trabalho precarizadas. Para entender a condição do trabalho das pessoas entrevistadas coletamos as seguintes informações:

TRABALHO

Tabela 4

Pseudônimo	Docente 1	Docente 2	Docente 3	Docente 4	Docente 5
Escola (n° de escolas)	Estadual (1).	Estadual (1) e Municipal (2).	Estadual (1).	Estadual (2).	Federal (1).
Cargo	Designado.	Efetivo.	Efetivo.	Efetivo.	Efetivo.
Horas/aulas semanais	10h.	28h.	20h.	23h.	12h.
Renda	Até 1 salário mínimo.	Até 2 salários mínimos.	Acima de 3 salários mínimos.	Até 2 salários mínimos.	Acima de 3 salários mínimos.
Recebe auxílios trabalhistas? Quais?	Não.	Não.	Não.	Não.	Sim. Auxílio Alimentação.
Como define as condições de trabalho	Regular.	Boa.	Regular.	Regular.	Boa.
Exerce outra função?	Não.	Sim, músico.	Sim. Vereador.	Não.	Não.

Podemos observar que apenas a Docente 1 tem a formação recente e atua em cargo designado, é a entrevistada com menos horas/aulas (10h) e apresenta a condição salarial mais baixa, uma vez que o Estado efetua o pagamento equivalente às horas/aulas. O Docente 2 tem a maior carga de horas/aulas (28h) e ainda assim afirma receber somente até os dois salários mínimos. O Docente 3 alcança a carga horária exigida para o cargo (20h), mas afirma receber acima de três salários mínimos porque exerce outra função de trabalho, sendo esta como vereador. O Docente 4 ultrapassa um pouco a carga horária exigida pelo cargo (23h), recebendo até dois salários mínimos. Já a Docente 5, é a que apresenta uma condição contrastante a maioria, uma vez que ela exerce uma carga de horas/aulas mais baixa (12h) em comparação aos da rede Estadual, não exerce outra função de trabalho, recebe acima de três salários mínimos e a única que recebe algum tipo de auxílio trabalhista (alimentação). Nenhum deles definiu sua condição de trabalho como ótima, apontando diversos fatores para

isso como a desvalorização da profissão, da disciplina, carga horária extra classe excessiva e que não conta como carga horária de trabalho, não recebendo por isso. Ao serem questionados a respeito da quantidade de horas trabalhadas considerando as extraclasse, o tempo a mais que eles dedicam ao trabalho, nenhuma das pessoas conseguiram mensurar a carga horária.

Docente 1: Caramba! Nunca parei pra analisar. Mas eu costumo assim, gastar além do serviço umas 3, 4 horas por dia. Porque tem que lançar nota, eu tenho que pesquisar, né? Conteúdos. Porque, lógico, a faculdade me deu uma base, mas eu não sei tudo. E tem muita coisa também lá no início eu não me lembro. Então eu tenho que voltar, ler e reler alguns artigos, reler alguns livros, para lembrar o que eu vou passar. Então eu fico nesse tempo aí. (Entrevista realizada no dia 6 de setembro de 2023)

Docente 2: O tempo todo. Eu trabalho aqui e fim de semana em casa, sabe? Eu trago a escola pra casa, eu passo o fim de semana trabalhando, porque não tem outro jeito pra mim. Eu tive arestas que me colocou nessa condição hoje também. Então hoje eu tenho que trabalhar, não tenho outra escolha também. Eu tenho colegas que eu ouço deles "ah eu não levo trabalho pra casa, ah eu não carrego escola pra casa" e eu falo "pô cara, bacana! Eu queria ser assim mas infelizmente eu não consigo" porque eu dou quatro disciplinas, eu trabalho em três escolas então não dá! Infelizmente durante a semana eu não consigo planejar tudo, três escolas com quatro disciplinas, dentro de cinco dias, segunda a sexta, eu não consigo. Então infelizmente eu tenho que pegar o sábado, tenho que pegar um pouco do domingo também, não tem outro jeito eu não tive outra escolha. (Entrevista realizada no dia 3 de outubro de 2023)

Docente 4: Quase todos! É muito, é muito complexo. E esse ano eu desacelerei, tá? Porque ano passado, eu pegava uma disciplina que chamava Projeto de Vida também. Só que eu falei "não, eu preciso ficar um pouco mais com minha família e tal" eu não consigo ficar nesse ritmo, não vou ficar pirado porque era Sociologia, Humanidades e Projeto de vida. 3 disciplinas diferentes. Sendo que projeto de vida é uma nova disciplina que não tinha nada, eu que tinha que desenvolver material e tal. (Entrevista realizada no dia 31 de outubro de 2023)

Docente 5: Ah, eu não faço essa conta porque eu não separo. Então hoje de manhã antes de vir aqui eu de 7 e meia até 15 pas 9 estava preparando a aula que eu vou dar amanhã. Aí eu já tô conversando com você, mas já estou, eu continuo pensando naquela aula. E aí então eu não consigo calcular assim. Porque eu não repito a aula. Então toda aula que eu entro, em toda aula que eu entro em sala para uma série, ela foi preparada. A gente aproveita as aulas, mas eu não repito. Então eu não sei o calcular. Não consigo quantificar. (Entrevista realizada no dia 31 de outubro de 2023)

Todos apontam uma carga extra-classe excessiva, não conseguem quantificar ao certo e em alguns dos casos isso interfere no rendimento na qualidade das aulas, no convívio social e familiar, não recebendo por isso de maneira realmente justa. Alguns recebem o auxílio de estagiários/as e/ou bolsistas do PIBID, o que auxilia no processo de reduzir um pouco essa carga. Junto a essa carga horária, está inserido as burocracias excessivas e que foi um ponto citado por todos eles. Segundo Oliveira (2004, p. 1132), o trabalho docente é compreendido como uma gestão escolar, pois devem elaborar para além dos planejamentos de aula,

desenvolver projetos, complexificando ainda mais o trabalho pois mudam os “enfoques teórico-metodológicos”.

Uma questão marcante é em relação à avaliação do desempenho escolar, dos estudantes e professores/as. As escolas ficam reféns desse sistema avaliativo, pois se não alcança bons resultados, a verba de investimentos fica prejudicada. Porém, como alcançar bons resultados nas avaliações internas e externas, se a estrutura escolar não atende as demandas básicas para que os estudantes tenham uma boa infraestrutura e ensino. E nisto não responsabilizo as escolas num sentido individual, mas o Estado que é responsável por essa estrutura e não trabalhar efetivamente pela melhoria delas. Dessa forma, ocorre uma política de responsabilização (*accountability*) que vem do setor empresarial e está sendo aplicado nas instituições de ensino, tornando ainda mais difícil a prática docente, ficando evidente que o neoliberalismo está cada vez mais invadindo o espaço educacional.

Um sistema de avaliação unificado e diretrizes curriculares padronizadas levam os pais e os consumidores da educação a avaliar e responsabilizar as escolas e os professores pelo sucesso ou fracasso escolar; se tornam instrumentos de controle que fornecem “selos de qualidade” via organizações internacionais; e rotulam os estudantes pobres de forma mais neutra, culpando os discentes, seus pais e as escolas que frequentam (LOPES, 2021. p 275).

Para a aplicação dessas avaliações, o Estado exige dos docentes o trabalho extra classe de preenchimento dos relatórios, acompanhamento pedagógico, lançamento de notas e presença no sistema DED (Diário Eletrônico Digital) que apresentam obstáculos para um lançamento de dados efetivo, pois além de ser uma plataforma difícil de manusear, ela trava muito, fazendo com que os docentes passem muito mais tempo presos à ela.

Docente 1: A minha menor turma, se eu não me engano, tem 35, 34 alunos. As salas de aulas lotadas. E assim, lançar nota para essa quantidade! Tem um DED também, que é um sistema horroroso. Que cansa. Os professores estão cansados, uma quantidade de aluno para lançar nota, todo dia pra ele além de corrigir o trabalho, as provas, de ter que lançar nota por nota, correndo o risco do diário apagar e você ter que lançar de novo. O sistema caiu. Essa realidade hoje do professor! (Entrevista realizada no dia 6 de setembro de 2023)

Docente 3: Aí vem, né, porque tem toda a parte burocrática, né. E aí, nas experiências que eu consigo fazer, principalmente com quem está no estágio supervisionado, por exemplo, enquanto eles estão preenchendo diário eletrônico mesmo, vive na pele aquilo que é um desafio, né. O sistema que trava o tempo inteiro. Só pra você ter noção, sabe quantos cliques que você vai precisar para chegar ao ponto do aluno para você colocar a nota? Você vai precisar em média de 12 a 13 clicks. De abrir, de clicar na turma, de clicar... E assim... o sistema trava. Aí quando você lança de um aluno, quando vai pro outro, aí atualiza.” (Entrevista realizada no dia 25 de outubro de 2023)

O que os docentes relatam a respeito do DED, é que estão exaustos de terem que se submeter a este tipo de plataforma. Em média é necessário 12-13 clicks para conseguir lançar uma nota e além de travar, a plataforma atualiza, apaga os dados, fazendo você perder todo o trabalho executado. Essa parte do preenchimento de burocracias foi algo muito marcante na fala do Docente 4.

Docente 4: Infelizmente, eu tenho que optar muitas vezes ou eu vou ter um pouco sim de qualidade de vida, é saúde mental ou minhas aulas vão ser as melhores do mundo. Porque tem o PIBID, tem os estagiários e pessoal que sim, são braço forte. Mesmo assim, muitas vezes eles salvam. Mas na outra escola, por exemplo, não tem estagiário. É muito cansativo. Cada dia aumenta mais esse processo burocrático de diário, de planilha, de processos burocráticos pedagógicos, aí que vem como pedagógico, mas na verdade é mais burocracia. Preencher documento de PDI, preencher documento que vem do Estado. A correção de provas é externa e por aí vai. Aí tem essa questão de correção de trabalhos e provas que está dentro do dando essa parte pedagógica. Aí tem reuniões. Por exemplo, dou aula 2 dias à noite ou aqui, outro na outra escola. Só que são 2 dias de reunião também um aqui, outro na escola, então. Dos 5 dias da semana, 4 dias à noite, estou fora de casa. Fora os 4 dias da manhã que eu tô muito fora de casa. Então é muito cansativo, muito puxado, é desgastante. (Entrevista realizada no dia 31 de outubro de 2023)

Outro fator importante que interfere diretamente na qualidade de aula e trabalho desses professores se refere ao material didático. Com o ingresso tardio da Sociologia no PNLD, apenas em 2011, não conseguimos uma estabilidade referente às condições do material, muitas das vezes sendo insuficiente a utilização dele durante um ano inteiro ou não tendo livros disponíveis para todos os estudantes.

O material didático que o professor utiliza também deve obedecer às novas adequações. Destaco aqui, é inimaginável pensar a educação hoje sem considerar os materiais didáticos, principalmente nas escolas privadas, os sistemas apostilados, cadernos, etc., tomam quase que total controle sobre o ensino e sobre o professor. Dessa forma, os professores lidam com esses três campos, que são distintos, mas que na vivência destes profissionais estão a todo momento em uso: o meio escolar, o meio acadêmico e o meio editorial (ALPARONE; FRANZI; FIOROTTI; 2022. p. 6).

Obviamente os recursos didáticos não podem ser ancorados somente ao livro e como citado anteriormente, pode até ser usado para controlar o ensino e o trabalho do/a professor/a, mas ele ainda assim é uma ferramenta importante para o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes e para a auxiliar o trabalho dos/as professores/as. Com a obrigatoriedade no NEM, o Estado fornece o material interdisciplinar das áreas e os/as professores decidem a forma que vão dividir e direcionar os conteúdos. Porém, as atuais condições demonstram uma insuficiência para a realização de um trabalho que forneça uma qualidade de ensino realmente adequada, pois não encontram tempo e alternativas para a interdisciplinaridade ser efetiva. Ao

serem questionados sobre a questão dos recursos de maneira geral apontaram os desafios enfrentados por eles:

Docente 1: O livro didático desse Novo Ensino Médio, eu não utilizo ele. Porque ele tem 125, 120 páginas para todas as humanas. Ah! E detalhe, não tem livro para todo mundo, não tá? Acho que tem que investir mesmo, investir dinheiro na educação, dinheiro do Estado, né? A gente tem capacidade para isso. Eu vejo assim, que tem pessoas fenomenais dentro da escola. Estudantes fenomenais, que precisavam só de um investimento. De uma atenção a mais. Temos artistas na nossa escola, temos gênios da matemática. Eu tenho uma aluna do segundo ano que adora ler Marx. Mas como dá atenção? Como que eu viro para essa aluna que ama Marx “Cara, eu posso te orientar na parte da tarde?” [Entrevistadora: Como que você dá possibilidades para impulsionar esses interesses, né?] Sim. Como? Se mal tem um livro didático. É muito precário, muito precário. A gente recebe materiais do Estado e a gente tem que trabalhar com o que o Estado nos fornece. Por exemplo, tem quadros lá até hoje que são quadros de giz. Que a gente sabe que é muito prejudicial à saúde de professores. Né? Um por algum período professores foram pagos insalubridade por conta disso. Hoje não é pago mais, mas temos quadro de giz ou quadro de vidro. (Entrevista realizada no dia 6 de setembro de 2023)

A Docente 1 expõe a realidade de boa parte das escolas públicas, insuficiência na quantidade de livros didáticos disponibilizados para as escolas, onde vários estudantes se formam no Ensino Médio sem um contato cotidiano com o material. Alguns/as professores/as carregam de sala em sala os livros para que os estudantes possam acompanhar o conteúdo, mas não podem levar o material para casa pois outras turmas também precisam ter acesso ao conteúdo.

Docente 2: O material didático a gente tem um livro né que é o livro que o estado oferece, mas a gente não fica muito preso a esse livro, a gente não se atém muito a ele. [Por quê?] A gente procura diversificar né, eu por exemplo mando eles fazerem muito trabalho de rua sabe, peço pra fazer muito trabalho de rua para eles perceber na realidade deles o que que é a Sociologia! Então por exemplo eu peço pra eles fotografar por exemplo um graffiti na parede e eles falarem pra mim o que que significa aquele graffiti né, em termos sociais, o que que aquele graffiti tá querendo dizer? Aqui na nossa cidade, mais do que até eles imaginam, então eu procuro usar muito o WhatsApp no meu trabalho para eles me darem esse feedback, sabe? (Entrevista realizada no dia 3 de outubro de 2023)

Docente 4: A Sociologia perdeu tanto esse *status* dentro de disciplina que hoje a gente não tem livro dela mais. Nosso livro está totalmente desatualizado, ele venceu em 2020. Mas eu também nunca me apeguei a livros didáticos. Eu entendo que eu posso desenvolver outros materiais com os estudantes. E aí estar numa escola como esta contribui porque eu consigo mandar para eles, por email, por exemplo, ou por algum canal mais interativo. Que a maior parte das salas consegue receber. Não fico preso ao livro didático, porque se eu tivesse que abordar só contando ele, talvez a gente estaria um pouco limitado. Tem muitos professores que têm essa facilidade de ser interdisciplinar e tal. Outros já são mais, vou usar a expressão conservador, mas no sentido de ter um pouco mais dificuldade de fazer isso, às vezes até pelo método que aprendeu a dar aula, né?” (Entrevista realizada no dia 31 de outubro de 2023)

Os Docentes 2 e 4 apontam nunca terem se apegado ao livro didático, pois procura diversificar o conteúdo através de outras ferramentas. O Docente 2 por exemplo trabalha muito com a fotografia e interpretação, ambos utilizam do *WhatsApp* para facilitar a comunicação e para ter um retorno dos estudantes a respeito do seu trabalho. A respeito da interdisciplinaridade, as pessoas entrevistadas que trabalham na rede Estadual apontam que não funciona de maneira efetiva.

Docente 3: É um desafio, né. Tentaram fazer uma mudança na base comum e o material didático, ele tentou ser interdisciplinar, mas ele não consegue abarcar aquilo que foi de fato para se trabalhar de forma interdisciplinar. Então assim me coloco trabalhar junto com a Geografia, História e a Filosofia, mas a gente não teve em nenhum momento de fato um alinhamento para se trabalhar de forma interdisciplinar. Então, quer dizer, o material chega e interdisciplinar, mas na prática, tirando a escola, os trabalhos, os professores continuam trabalhando de forma individualizada em seus conteúdos. Porque não tem muito o que fazer. Assim não é desculpa dos professores, mas da estrutura que nós temos ainda. Acho que na universidade vocês nem trabalham de forma interdisciplinar, né? Então quer dizer, a própria formação não ajuda. Eu vejo que assim, é algo que é preciso ser pensado para se trabalhar. (Entrevista realizada no dia 25 de outubro de 2023)

Como o Docente 3 aponta, a interdisciplinaridade não é trabalhada no período de formação de professores/as só acontece quando temos o contato com matérias de massa mas não de maneira realmente direcionada para a atuação de um currículo interdisciplinar. As ciências são trabalhadas com suas especificidades e conseguimos dialogar o que perpassa entre elas, mas a matriz curricular não foi estruturada para a finalidade que a atual BNCC propõe. Diferente da realidade das escolas Estaduais, a Docente 5 aponta que na escola Federal a interdisciplinaridade sempre foi bem trabalhada, mas que a implementação do NEM interferiu negativamente na metodologia deles/as.

Docente 5: Sempre funcionou muito [a interdisciplinaridade], a gente sempre discutiu. Tudo o que um faz a gente sabe. E arreventou a gente foi isso! [O Novo Ensino Médio] Porque tinha que reduzir para 1800 horas a formação geral básica. Nos itinerários formativos, nas disciplinas eletivas, eles vão fazer 40 horas por semana, tipo fábrica. Então foi um desastre, assim. Não foi pior porque ano passado, quando a gente implementou, a gente tinha estabelecido um calendário que em junho desse ano, a gente já ia começar a fazer avaliação da implementação. Mas desde o início do ano já vem uma série de adoecimentos e de todo mundo. Todo mundo começou a adoecer e os meninos ficavam só “a gente, só a gente só só estuda, faz trabalho, faz prova, só estuda, faz trabalho” (Entrevista realizada no dia 31 de outubro de 2023)

Esses adoecimentos não estão presentes somente na vida dos estudantes, mas na comunidade escolar de maneira geral. Dessa forma acabamos nos deparando com um cenário

onde estes profissionais têm sua real função de trabalho mal compreendida e deturpada, recebendo exigências que não equivalem a sua real formação.

Oliveira (2004. p. 1132) aponta que ocorre uma desprofissionalização e a perda de identidade profissional. “Muitas vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras.” O que pode qualificar o crescimento da precarização do trabalho dos/as professores/as.

Barros (2013) define “condições de trabalho docente” como um conjunto de recursos que possibilita uma efetiva realização do trabalho e que envolve a infraestrutura da instituição, os materiais disponíveis, os serviços de apoio, ou seja, as circunstâncias indispensáveis para que a atividade de trabalho se realize e se desenvolva concretamente, para que o trabalho seja materializado efetivamente (DA SILVA MOURA; RIBEIRO; CASTRO NETA; NUNES; 2019. p. 3).

O que podemos perceber com os relatos apresentados pelos/as docentes é que essa condição de trabalho está comprometida, principalmente após a implementação do material didático interdisciplinar, os projetos, a diluição da disciplina e tudo que é exigido pelo modelo do atual Ensino Médio, atuando no processo de precarização e qualidade do trabalho. E para falar sobre a precarização do trabalho docente, é necessário entender o termo, que parte da seguinte definição:

A precarização do trabalho é o termo utilizado para caracterizar as novas condições estabelecidas no mundo do trabalho, sobretudo a partir da década de setenta com o avanço das políticas neoliberais. Segundo Rosenfield (2011, p. 264), o trabalho precário é o “[...] trabalho socialmente empobrecido, desqualificado, informal, temporário e inseguro.” (BARROS; DA SILVA SOUZA; DUTRA; GUSMÃO; CARDOSO; 2021. p. 3).

Esse fenômeno ocorre devido ao intenso avanço de políticas neoliberais capitalismo e “o exercício da docência é apenas mais uma atividade que sofre as consequências por conta das grandes crises econômicas que acarretam reformas trabalhistas que geralmente promovem perda de direitos, adquiridos por meio da luta classista” (BARROS; DA SILVA SOUZA; DUTRA; GUSMÃO; CARDOSO; 2021. p. 2-3). Para agravar este caso, ao implementar a atual BNCC (Base Nacional Comum Curricular) é perceptível a tentativa da alienação profissional docente, que embasa o conhecimento de forma “encaixada” em competências e habilidades.

Além disso, há uma preocupação excessiva desses profissionais com as burocracias. Caso a escola não atenda às demandas exigidas pelo Estado, ela é avaliada com baixo empenho escolar, o que compromete a verba recebida pela escola, como já citado neste capítulo. Devido ao modelo de avaliação presente, eles se encontram obrigados a preencher

relatórios constantemente para dar um retorno para o Estado, se sentindo responsáveis pela conquista dessa captação ou permanência de verba. Da Costa (2022) argumenta que não pode-se responsabilizar os mesmos pelo fracasso escolar, pois a educação não pode ser vista como resolutora de todo e qualquer problema social. Para resolução disso, o Estado deve-se fazer presente em todas as esferas e espaços sociais, somente assim tendo êxito no processo de acessos e igualdade. Porém, o que encontramos ao adentrar a realidade das escolas públicas, são ambientes que estão sem recursos básicos que vão da estrutura física, à qualidade de ensino que é possível ofertar mediante as diferentes realidades vivenciadas pelas comunidades escolares.

É através do trabalho que o homem garante sua sobrevivência, entretanto, não significa que ao longo do tempo as formas de trabalho não se modificaram, muito pelo contrário, apesar de ser visto por muitos como meio de vida e de conquista da dignidade humana, as formas de trabalho se transformaram ao longo da história (BARROS; DA SILVA SOUZA; DUTRA; GUSMÃO; CARDOSO; 2021. p. 2).

Dessa forma, as pessoas se encontram em situação de vulnerabilidade, pois ficam reféns de um sistema educacional que precariza gradativamente sua qualidade de trabalho, de vida e de perspectivas, pois precisam de manter o próprio sustento e o sustento familiar também. Embora reconheçam que em comparação ao seu núcleo familiar e as condições de trabalho vivenciadas por eles, a sua condição é melhor, isso não diminui o fato de que estas pessoas estão vivenciando uma condição precarizada. “O professor assume práticas alienadas, mecanicistas e repetitivas, típicas de uma sociedade capitalista cuja formação está direcionada para a formação de trabalhadores” (DA COSTA, 2022. p. 953) Se tornando, para o capitalismo, apenas mão de obra barata para a formação de novos trabalhadores, que estão sendo formados para atuarem também como mão de obra barata, uma vez que as possibilidades de acesso que este modelo de educação oferece aos estudantes, é extremamente limitada ao trabalho.

Docente 1: Tem aquele negócio assim “Ah! Professor? Não quer trabalhar” Não. O professor quer trabalhar, ele não tem ferramenta para trabalhar! Ele tá cansado pra trabalhar. Porque chega na sexta-feira, o professor tá morto. Quem que lançou nota? Deu trabalho, né? E deu aula para 40 alunos dentro de uma sala de aula, sendo que, por exemplo, o Ensino Médio, tem 9 turmas, com 40 alunos dentro. São uma quantidade bem boa, né? Então tá cansado, tá extremamente cansado. Aí no final de semana tem que pesquisar um pouco mais. Resolver as coisas (Entrevista realizada no dia 6 de setembro de 2023).

Com esse presente cenário, como se torna possível a formação continuada dos docentes proposta pela atual BNCC? Observo como impossível para os professores atuantes

das escolas Estaduais. Embora vivenciamos um cenário negativo, onde há um contexto educacional precarizado, ainda assim é perceptível a esperança de melhoria presente na fala dos professores entrevistados. Ao perguntar se eles/as viam a possibilidade da revogação do NEM as respostas foram negativas. Não por serem a favor de manter o atual modelo, mas por não enxergarem uma perspectiva que torne isso possível. Ao pontuar como eles/as observam as perspectivas futuras de trabalho, se acreditam em alternativas positivas para o futuro da educação, apontaram alternativas, mas mantendo o “pé no chão”.

Docente 2: Sabe aquele aluno ou aquele filho que a gente vira sempre e fala assim: eu não vou desistir de você! Então a mesma coisa eu falo pra Educação, porque eu tô na educação, eu gosto, eu amo a educação! Então eu não vou desistir dela, eu sempre vou ter esperança de que um dia ela vai ser melhor hoje, do que ela foi ontem, e amanhã melhor do que hoje. Então a gente não pode perder a esperança, sabe? Aliás, como profissional a gente tem que ter essa esperança, tem que acreditar em melhoras, como diz a música do Jota Quest, “Dias melhores virão” (risos). Então eu sou dessa linha, eu acredito que em algum momento, em algum tempo, pode ser distante isso, a gente talvez não vai estar aqui, mas eu acredito, eu tenho fé eu tenho esperança de que a educação ainda vai ser melhor cuidada, melhor tratada, ainda nesse país, no Brasil, tenho fé (Entrevista realizada no dia 3 de outubro de 2023).

O Docente 2 coloca uma perspectiva bem esperançosa, pois acredita que é isto que faz a mudança acontecer. Para o Docente 3, estar inserido na política institucional e direcionando o Parlamento Jovem, o faz acreditar que estar inserido nesses espaços é uma forma de manter a esperança, pois observa isto como um instrumento de lutas, resistência e possibilidades de mudanças.

Docente 3: Eu acredito sim! É evidente que aqui nós somos uma gota no oceano. A gente sabe que as corporações que as grandes empresas financiam mantém grande parte, né. Dos demais representantes aqui na própria Câmara, né. Temos, né, as corporações, instituições, né. As empresas privadas que mantêm financiam, né. Aqui eu tenho a oportunidade também, né? Eu sou hoje o coordenador da escola do legislativo (Entrevista realizada no dia 25 de outubro de 2023).

O Docente 4 já apresenta uma visão um pouco pessimista a respeito das mudanças, pois tem receio delas piorarem ainda mais a situação que no presente já se encontra delicada.

Docente 4: À medida que a gente vai passando, eu acho que eles vão cada vez mais colocando coisas, eles inventam, tentando inventar a roda, sabe? É, por coisas que talvez seria tão simples, que nós professores conseguiríamos resolver, mas eles querem inventar toda uma, sabe, um monte de coisa pra gente fazer fora da sala de aula. Para que a gente não tenha força na hora. Disposição física mental para chegar na sala de aula e resolver os problemas. Então a gente faz tanta coisa externa na sala de aula, que quando a gente está na sala de aula a gente já está exausto. A gente sabe como, talvez até como resolver, mas não deixa sabe? Ficam colocando um monte de burocracia. Professor gosta de sala de aula, de dar aula, de ensinar. (Entrevista realizada no dia 31 de outubro de 2023)

A Docente 5 tem uma posição otimista e aponta que isso vem de uma trajetória sindicalista, mas carregada de realidade e do que é possível. Ela fala sobre a necessidade que as prefeituras e o Estado tem de oferecer um plano de cargos e salários mais atrativos. Ela pontuou que avançamos bastante no sentido da profissionalização da carreira docente, pois precisamos abandonar a ideia de que a docência é um dom, um espaço feminino, pois isso é romantizado. O retrocesso de vivenciamos tem um ressentimento político e ideológico, portanto precisamos passar por um processo de qualificar os profissionais, para que o cargo seja levado a sério e com responsabilidades.

Docente 5: É a qualificação no sentido da responsabilidade do educador, não só de ensinar, porque ensinar você pode ensinar em casa. É educar para a vida. Tirar de. Só que a gente teve um retrocesso! Todos nós passamos pelas Ciências Sociais sabemos que a escola contemporânea ela é tomada pelas desigualdades sociais. Eu to aqui numa escola que é extremamente meritocrática. Só que quando a gente identifica isso, o que que você faz com isso? Você vai para a luta. Então você tem que estudar, você tem que pensar, você tem que propor, tem que ocupar espaço. **Por isso que as lutas são permanentes.** Acho que é isso!” (Entrevista realizada no dia 31 de outubro de 2023)

Diante do exposto neste capítulo, podemos perceber como tem sido as vivências das/dos docentes do Ensino Médio Público de Viçosa. São diversos enfrentamentos que essas pessoas encontram nessa fase inicial da implementação e cabe a nós cientistas observar de perto as alterações que vão ocorrer ao longo do percurso. O NEM faz uma mudança consistente na forma que lidamos com o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, mas também na condição de trabalho docente, como pudemos perceber através das entrevistas. É como a própria Docente 5 coloca: as lutas são permanentes.

7. Considerações Finais

Este trabalho surgiu do meu interesse de analisar a condição do trabalho docente e os enfrentamentos vivenciados por eles mediante a implementação da Lei 13.415/2017 referente ao NEM. Entrevistamos docentes de Sociologia atuantes do Ensino Médio público de Viçosa-MG, em geral são pessoas que viveram em uma realidade de classes sociais mais baixas e que ao se formarem no curso de Ciências Sociais, ampliou as possibilidades de mobilidade e ascensão social.

O Ensino Médio no Brasil já encontra percalços ao longo de toda a trajetória, marcado por alguns fatores negativos como as desigualdades, dificuldades de acesso e permanência, desqualificação do trabalho docente, falta de recursos, desvalorização das disciplinas e da ciência, principalmente se tratando das escolas públicas. Sofremos diversas mudanças

neoliberais que direcionam a educação cada vez mais para um ensino técnico-profissionalizante e se afastando gradualmente da formação geral do ensino e dos indivíduos.

Além de todos esses desafios, a Sociologia nunca se consolidou realmente enquanto ciência e ensino. Justamente por ser uma ciência que vai contra o senso comum, que conscientiza e produz senso crítico sobre o mundo social. Isso não beneficia o mundo capitalista, muito pelo contrário. Em diversos momentos vivenciamos a esperança de uma valorização efetiva, mas por divergências políticas e ideológicas, ela constantemente é atacada, retirada, substituída e diluída nas matrizes de ensino.

Para piorar o quadro, implementa-se o NEM de forma obrigatória no ano de 2022 e com isso ocorrem mudanças extremas tanto na BNCC, quanto em sua aplicação dentro das escolas, onde a Sociologia é diluída no currículo junto às outras Ciências Humanas. E ao investigar, percebemos o quanto isso tem agravado as desigualdades dentro das comunidades escolares. Estudantes desmotivados, profissionais desesperados, para o cumprimento de uma lei que nem sequer contemplou as realidades vivenciadas por eles.

Diante da pesquisa, percebemos que os/as docentes mostram que a Sociologia ainda enfrenta uma realidade difícil enquanto disciplina e todo seu processo de profissionalização. Ela ainda é estigmatizada, ainda sofre uma comparação injusta com as demais disciplinas e não recebe a valorização que deveria. Isso se tratando das escolas Estaduais, que tem em seu público pessoas de classes sociais baixas. Já na escola federal, tem majoritariamente estudantes de classes altas e percebe-se uma valorização maior dos estudantes em relação à disciplina e à ciência.

Dessa forma, conseguimos perceber que o Estado está precarizando ainda mais a condição do trabalho docente diante do contexto do NEM. O ensino de sociologia corre riscos e a docência tem dificuldades em relação à adequação da nova estrutura curricular e, sobretudo, na intensificação da carga horária extra classe, no qual essas pessoas não conseguem mensurar a quantidade de horas totais dedicadas ao trabalho. Além de uma desigualdade salarial marcante, percebemos que a quantidade de horas aulas dadas, não necessariamente condiz com um salário alto. Somente duas pessoas recebem acima de três salários mínimos sendo uma delas de cargo federal, ofertando 12 horas aulas e a outra exerce outra função de trabalho, além de ofertar 20 horas aulas. Enquanto temos um docente alcançando 28 horas aulas semanais e recebendo somente até dois salários mínimos para isso.

Somente a Docente 5 recebe auxílio alimentação, enquanto os demais atuantes nas escolas Estaduais não recebem nenhum tipo de auxílio. Todos devem arcar com as despesas do próprio transporte. De todas as pessoas entrevistadas, apenas uma ocupa cargo designado. Ao observar a realidade vivenciada pela Docente 5, podemos perceber que a possibilidade de menos aulas com um salário mais justo, proporciona uma condição de trabalho menos precária em comparação aos demais colegas de profissão atuantes das escolas públicas Estaduais.

Após traçar toda essa trajetória educacional que abarca o Ensino Médio no Brasil, o Ensino de Sociologia e os processos de trabalho vivenciados por docentes de escola pública mediante ao NEM, é evidente que as instabilidades e violências sofridas faz parte de um projeto puramente econômico, que visa somente o desenvolvimento capitalista do país e não com um desenvolvimento social e efetivo. Isso faz parte de um longo trajeto de implementação das ferramentas neoliberais na educação brasileira, que está tomando cada vez mais espaço.

Todos os relatos das pessoas entrevistadas são carregados de incertezas e inseguranças a respeito do rumo que o Ensino Médio público possa vir a tomar, e com extrema insatisfação com o que já está sendo vivenciado no presente. Podemos concluir que a implementação da Lei 13.415/2017 alastrou os desafios das escolas e principalmente a precariedade do trabalho docente de Sociologia, onde os/as professores/as das escolas Estaduais se encontram em situação de vulnerabilidade de trabalho, aceitando as cargas excessivas de trabalho que comprometem a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, impossibilitados de efetuar uma formação continuada ou até mesmo de vivenciar suas experiências familiares e sociais para além do ambiente escolar.

Para a tentativa de diminuição da precarização do trabalho docente, percebo que é necessário repensar e criar alternativas para que as Ciências Sociais e o Ensino de Sociologia sejam tratados como uma ciência que deve ter uma importância assim como todas as outras; reestruturar as condições de trabalho desses profissionais, para que não seja somente a carga deles lidarem com essa questão e com todos os assuntos “difíceis” de serem tratados no ambiente escolar; redução de carga horária de trabalho; melhoria salarial; pagamento pela carga horária dedicada ao extraclasse; fornecer auxílios trabalhistas justos como auxílio transporte; atender ao piso salarial de forma justa; entre diversas outras referentes à educação do Ensino Médio público e especificamente repensar a estrutura da atual BNCC.

Mesmo com as condições presentes, sendo elas precarizadas pelo Estado, essas pessoas têm uma perspectiva de permanecerem em seus cargos por uma questão de identidade com a docência e pelas suas necessidades pessoais de sobrevivência. Ainda há esperança de mudanças para a melhoria do ensino e condições de trabalho, através da movimentação popular, das audiências públicas e apoio de parlamentares que ainda se preocupam com a educação, esperamos o avanço.

Houve a tentativa de revogação do NEM através do projeto de lei da Câmara dos Deputados que tem como autor o Deputado Bacelar (PV/BA), Célia Xakriabá (PSOL/MG), Pastor Henrique Vieira (PSOL/RJ), entre outros, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que visa a retomada das disciplinas obrigatórias, retoma para 2.400h de formação geral básica, alteração dos itinerários formativos para um parâmetro nacional, entre outras mudanças. Apensado ao PL 1.299/2023, atualmente está aguardando o parecer do relator da Comissão de Educação.⁴

A elaboração de Projetos de Leis que visam minimamente uma melhoria para a atual situação do Ensino Médio público no país pode ser vista como um avanço para as discussões, mas há muitos caminhos para percorrermos, já que estes são desconsiderados para discutir projetos que são elaborados para tentar camuflar os reais interesses da política institucional.

A exemplo, está em tramitação o PL 5.230/23 que dialoga com o PL 2.601/23, onde o Governo Lula apresenta propostas que podemos definir como imprecisas e tendenciosas, que faz alterações que não corroboram para uma mudança positiva em relação a todos os problemas apresentados por decorrência do NEM. Como os “itinerários formativos” que sofre alteração para “percursos de aprofundamento e integração de estudos”, mas mantém o mesmo intuito ocorrendo uma mudança somente no termo, dentre outras medidas que são postas de maneira imprecisa e permanecem atendendo à uma estrutura tecnicista que acentua a precarização da educação e do trabalho, uma vez que o próprio Ministério da Educação coloca a reforma como necessária para a resolução de questões econômicas do país.

Estamos dependendo da política institucional para a resolução destes problemas educacionais, ainda que estes sejam os responsáveis pelo desmonte da educação pública no Brasil. Mas apesar disso, finalizo na expectativa de um futuro melhor para a educação, para o processo de profissionalização docente em Sociologia, para o seu reconhecimento enquanto

⁴ Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2273386&filename=PL%202601/2023

ciência e importância de ensino, para quem sabe, ocorrer também melhorias na condição de trabalho dos/as professores/as. Mesmo que a realidade de uma educação bancária esteja tentando engolir a ciência, os saberes e a possibilidade de uma educação democrática.

8. Referências Bibliográficas

AGÊNCIA MINAS. *Secretaria de Educação dá início ao projeto Somar em três escolas da rede estadual neste ano letivo*. 9 de fevereiro de 2022. Acesso: setembro de 2023. Disponível em:

<https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/secretaria-de-educacao-da-inicio-ao-projeto-somar-em-tres-escolas-da-rede-estadual-neste-ano-letivo>

ALPARONE, Rafaella Barbosa; FRANZI, Juliana; FIOROTTI Cíntia. *Posicionamento docente frente à implementação da BNCC e o Novo Ensino Médio*. Trabalho de Conclusão de Curso. 2022.

BARROS, Claudia Cristiane Andrade; DA SILVA SOUZA, Adriana; DUTRA, Franciny D'Esquivel; GUSMÃO, Risia Silva Chaves; CARDOSO, Berta Leni Costa.. *Precarização do trabalho docente: reflexões em tempos de pandemia e pós pandemia*. *Ensino em Perspectivas*, v. 2, n. 2, p. 1-23, 2021.

CARTA CAPITAL. Entenda a proposta do MEC para reestruturar a Política Nacional do Ensino Médio. *Carta Capital*. 24 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/entenda-a-proposta-do-mec-para-reestruturar-a-politica-nacional-do-ensino-medio/>

COSTA, Larissa. Governo de MG apresenta projeto que pode levar à privatização das escolas estaduais. *Brasil de Fato*, 24 de maio de 2021. Acesso em setembro de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/24/governo-de-mg-apresenta-projeto-que-pode-levar-a-privatizacao-das-escolas-estaduais>

CARVALHO FILHO, Juarez Lopes de. *O Ensino de Sociologia como Problema Epistemológico e Sociológico*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 59-80, jan./mar. 2014.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. O conceito capital cultural em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica. *Perspectiva*, v. 25, n. 02, p. 503-524, 2007.

DA COSTA, Dirno Vilanova. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio: entre os interesses neoliberais e possibilidades de formação humana. *Conjecturas*, v. 22, n. 5, p. 949-964, 2022.

DA SILVA, Amanda Moreira; DE MELO GOMES, Thayse Ancila Maria; DA MOTTA, Vânia Cardoso. Formas e tendências de precarização do trabalho docente e os influxos do empresariamento na educação. *Cadernos de Educação*, n. 63, 2020.

DA SILVA, Marília Márcia Cunha. FRIGOTTO, Gaudêncio (org). ESCOLA “SEM” PARTIDO: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. 144 pág. *Perspectiva Sociológica: A Revista de Professores de Sociologia*, v. 1, n. 21, p. 97-104, 2018.

DA SILVA MOURA, Juliana et al. A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. *Revista Profissão Docente*, v. 19, n. 40, p. 01-17, 2019

DAYRELL, Juarez. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, v. 28, p. 1105-1128, 2007.

KRAWCZYK, Nora. Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. *Cadernos de pesquisa*, v. 41, p. 752-769, 2011.

LAHIRE, Bernard. Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino da Sociologia. *Revista de Ciências Sociais: RCS*, v. 45, n. 1, p. 45-61, 2014.

LEITÃO, Luciney Araújo. A disciplina Sociologia no "novo" currículo de Ensino Médio. *Armadeira Cultural - Arte, política e sociedade*. 4 de março de 2021. Disponível em: <https://armadeiracultural.com/2021/03/04/a-disciplina-sociologia-no-novo-curriculo-de-ensino-medio/>. Acesso em: 18 de abril de 2023.

LOPES, Francisco Willams Ribeiro. (Des) continuidades na política de um currículo nacional: a Sociologia nos arranjos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Brasil. *Revista de Ciências Sociais: RCS*, v. 52, n. 1, p. 245-282, 2021.

MENDONÇA, Sueli G. Lima. Os processos de institucionalização da Sociologia no Ensino Médio (1996-2016). *A Sociologia na educação básica*. Organizadoras: Ileizi Fiorelli Silva, Danyelle Nilin Gonçalves. 1ª edição: julho de 2017. p. 59-77.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). *Educação & Sociedade*, v. 38, p. 355-372, 2017.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação & Sociedade*, v. 25, p. 1127-1144, 2004.

RAIZER, Leandro; CAREGNATO, Célia Elizabete; PEREIRA, Thiago Ingrassia. A formação de professores de Sociologia no Brasil: avanços e desafios. Em aberto. Brasília. Vol. 34, n. 111 (jan./abr. 2021), p. 141-154, 2021.

ROSENFELD, Cinara L. Trabalho decente e precarização. *Tempo Social*, São Paulo, São Paulo, V. 23, n.01, p.247-268, jun. 2011.

SOUZA, Raquel Aparecida; GARCIA, Luciana Nogueira de Souza. Estudo sobre a Lei 13.415/2017 e as mudanças para o novo ensino médio. *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 14, 2020.

STIVAL, Maria Cristina Elias Esper; FORTUNATO, Sarita Aparecida de Oliveira. Dominação e reprodução na escola: visão de Pierre Bourdieu. In: *VIII Congresso Nacional de Educação da PUCPR (EDUCERE) e no III Congresso Ibero-Americano sobre Violência nas escolas CIAVE*. 2008.

WILKER, Lucas. Para profissionais da educação, resolução de Zema quer forçar municipalização de escolas estaduais. *Brasil de Fato*. Belo Horizonte - MG. 17 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/17/para-profissionais-da-educacao-resolucao-de-zema-quer-forcar-municipalizacao-de-escolas-estaduais> Acesso em: 09 de novembro de 2023.

YIN, Robert K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Penso Editora, 2016.

9. Anexos:

9.1. Anexo 1: Roteiro das entrevistas

1. PERFIL

- a. Qual seu nome, idade, cidade, trajetória de vida, formação familiar.
- b. Perguntas sobre família para entender o contexto social inserido
- c. Seu ensino básico foi em escola pública ou privada?

2. FORMAÇÃO ACADÊMICA E MOBILIDADE SOCIAL

- a. Quando você entrou para a faculdade? Onde? Qual o processo seletivo? Qual curso você fez? Qual o motivo da escolha do curso?
- b. Quando você se formou? Tem alguma pós graduação ou outra faculdade?
- c. A sua formação como professor/a foi uma mudança de vida financeira, social, de realização pessoal? Opinião da família
- d. Trajetória até se tornar professor/a de Sociologia.

3. EDUCAÇÃO BÁSICA

- a. Você leciona em escola estadual, federal ou particular?
- b. Há quanto tempo você está na rede de ensino básico? E na escola atual?
- c. Qual sua relação com a escola?
- d. Sente a Sociologia valorizada? Sente o tratamento igual ou diferenciado em relação aos professores de outras matérias? Você sente que a Sociologia recebe a mesma valorização que as outras matérias?
- e. Material e recursos didáticos
- f. Estrutura física da escola é boa?

4. TRABALHO

- a. Quantas horas de aula você dá por semana?
- b. E quantas horas você dedica ao seu trabalho extra classe?
- c. Qual a remuneração?
- d. Você recebe auxílio trabalhista? Transporte, alimentação?
- e. Você tem algum trabalho alternativo a este?
- f. Como você definiria suas condições de trabalho: ótima, boa, regular, ruim ou péssima? Por que?
- g. Isso é uma particularidade sua ou você compartilha dessa mesma opinião/vivência que os seus colegas de trabalho da área?

5. NOVO ENSINO MÉDIO

- a. Com a obrigatoriedade do Novo Ensino Médio quais foram as mudanças que você nota em relação a isso?
- b. Como está funcionando a interdisciplinaridade das matérias? Você acha que dificultou ainda mais o trabalho docente de Sociologia ou não notou tanta diferença?
- c. Diante de toda discussão a respeito da Lei do Novo Ensino Médio, você é a favor ou contra? Por quê?
- d. Na sua opinião, teriam outros meios para melhorar a qualidade de trabalho para vocês? Quais?
- e. Quais as suas perspectivas em relação à educação e seu profissional?

9.2 Anexo 2: Formulário online

Formulário TCC

Novo Ensino Médio: a condição do trabalho docente de Sociologia na cidade de Viçosa-MG

Meu nome é Júlia, sou estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa e estou desenvolvendo meu Trabalho de Conclusão de Curso. Para a realização deste, solicito que docentes de Sociologia da rede básica de ensino de Viçosa respondam algumas questões em entrevistas, mas para isso é necessário também o preenchimento deste formulário para auxiliar na metodologia da pesquisa.

Lembrando que a identidade de todas as pessoas que participarem da pesquisa será reservada.

Desde já, agradeço a participação.

Qualquer dúvida, estou à disposição.

Júlia Bigão
julia.bigao@ufv.br
(31) 973127255

* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail *

2. Nome *

3. Idade *

4. Gênero *

5. Raça *

6. Naturalidade (Cidade - Estado) *

7. A sua educação básica foi: *

Marcar apenas uma oval.

- Escola Pública
- Escola Particular
- Uma parte na escola pública e outra particular

8. Qual curso você fez na sua graduação? *

Marcar apenas uma oval.

- Ciências Sociais
- Sociologia
- Outro: _____

9. Se a resposta anterior foi "outros", qual graduação você fez?

10. Qual faculdade você fez sua graduação, em que ano ingressou e em que ano se formou? *

11. Você tem pós-graduação, mestrado e/ou doutorado? Se sim, em qual área?

12. A sua formação como professor/a foi uma mudança de vida financeira, social e de realização pessoal? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Mais ou menos

13. Você teve a aprovação da sua família ao escolher esta profissão? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Foram indiferentes a minha escolha

14. Você dá aulas para a rede: *

Marcar apenas uma oval.

- Estadual
 Federal
 Particular
 Outros

15. Se na resposta anterior você marcou "outros", coloque quais redes de ensino no campo abaixo.

16. Em qual/quais escolas? *

17. Seu cargo é: *

Marcar apenas uma oval.

Efetivo

Contratado

Eventual

18. Qual a sua remuneração? *

Marcar apenas uma oval.

Até um salário mínimo.

Até dois salários mínimos.

Acima de três salários mínimos.

19. Recebe auxílios trabalhistas? Se sim, quais? (Ex: vale transporte, alimentação, * etc)

20. Como você define sua condição de trabalho? *

Marcar apenas uma oval.

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

21. Você realiza outra atividade remunerada, além do trabalho docente? Se sim, qual? *

22. A respeito da implementação do Novo Ensino Médio, diante da realidade atual vivenciada na escola que você trabalha: *

Marcar apenas uma oval.

- Sou contra!
- Sou a favor!
- Indiferente.

23. Caso queira falar um pouco sobre o trabalho docente de Sociologia para acrescentar o que foi falado na entrevista, sobre o Novo Ensino Médio, perspectivas e/ou desafios profissionais, inserir no campo abaixo.
